

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 069

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE MAIO DE 2002**
(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Luiz Carlos Zuk, estamos com mais de trinta senhores parlamentares presentes. Dispensa a chamada?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Dispenso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que foi lida pelo deputado Antonio Anibelli.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OF/CTL/SEEG Nº 224/2002

Curitiba, 27 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa., a fim de comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que afastar-me-ei do país, com destino aos Estados Unidos, no período compreendido entre 28 do corrente e 03 de junho próximo, a fim de, em Washington, firmar contrato de doação no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), oriunda da Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná-Biodiversidade.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

OF. Nº 015/2002-GVG

Curitiba, 27 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Venho, conforme autorização concedida através do Decreto Legislativo 004/2001, comunicar a V. Exa. e aos demais pares do Poder Legislativo, que afastar-me-ei do país, com destino ao Chile, a fim de, atendendo missão especial a mim atribuída pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, participar de eventos e reuniões de trabalho com empresários chilenos que têm investimentos no Paraná, para cujos objetivos meu afastamento abrangerá o

período compreendido entre 28 de maio e 03 de junho de 2002.

Com cordialidade e apreço

(a) EMILIA BELINATI

Vice-governadora do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 486/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 196/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 324/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 017/2002, item 17 e 284/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 016/2002, item 21, da pauta da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da redação final para os projetos que não tenham recebido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1474

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada de pauta da discussão e votação do Projeto de Lei nº 194/2002, oriundo

da Mensagem Governamental nº 011/2002, item 19, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 3 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1479

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encerramento de discussão ao Projeto de Lei nº 324/2002, Mensagem Governamental nº 017/2002, aplicando-se para este fim e analogicamente o disposto no artigo 157, inciso II do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Floresval Pagani Nogueira, secretário da Câmara Municipal de Esperança Nova, ocorrido no último dia 20 de maio de 2002, em acidente automobilístico.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem ao senhor Floresval Pagani Nogueira, que faleceu em cumprimento do seu dever, quando viajava a trabalho para Curitiba, em companhia do prefeito municipal que também foi vítima fatal do mesmo acidente.

O senhor Floresval Pagani Nogueira que faleceu aos 40 anos de idade, era secretário da Câmara Municipal e presidente do PFL Municipal.

Deixa viúva a senhora Nair Prina Nogueira e os filhos Viviane e Florisval Júnior.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado à família enlutada no seguinte endereço Rua Duque de Caxias, 401- CEP-87545-000 Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, o envio de expediente (Rua Tiradentes, 1951-CEP 85301-970 - Laranjeiras do Sul) com votos de pesar à família Silva, pelo falecimento do senhor José Lúcio da Silva, esposa senhora Raquel e do filho Maicon, do município de Porto Barreiro, ocorrido tragicamente na última semana.

Sala das Sessões, em 28.05.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Verdadeiramente, não dá para compreender um passamento tão prematuro. Toda a população de Porto Barreiro e de Laranjeiras do Sul, ficou consternada, custou a acreditar na notícia. Uma família cheia de vida. Definitivamente não poderia ser verdade.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares da família Silva, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente.

Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Lorena Benincá, pelo falecimento do senhor Celso Benincá, do município de São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Celso Benincá, deixou consternada toda a população de São Jorge D'Oeste. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos, uma dor e saudade irreparáveis.

As pessoas que conviveram com o senhor Celso, são testemunhas da sua benfeitoria, e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores. Patrão do CTG "Cavalo Branco", era uma pessoa que organizava os eventos com alegria, sempre tratando a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do amigo Celso, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Henrique Portelinha, ocorrido no dia 27 de maio de 2002, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa, senhora Helena Portelinha e aos filhos Marcos, Maurício, Luiz Vinícius, Marcelo, Luz Maria e Marieliza Portelinha, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Canteri, nº 30 - ap 01 - CEP - 86870-000 - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER, o envio de votos de pesar pelo falecimento de João Amazonas, presidente do Partido Comunista do Brasil, ocorrido no último dia 27 de maio do corrente e solicita envio de correspondência ao Diretório Estadual e Nacional do PCdoB.

João Amazonas que havia completado 90 anos no dia 1º de janeiro, nasceu em Belém do Pará e entrou no PCdoB em 1935. Foi deputado Constituinte pelo Rio de Janeiro de 1946 e dirigente do Partido a partir de 1943. Dirigiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MULTI) em meados da década de 40. Fundador do PCdoB em 1962, e preparou a resistência guerrilheira da Araguaia entre 1968 e 1972.

Sua morte causou grande impacto ao meio político, pois dedicou toda sua vida às causas populares, sendo reconhecido pela classe operária brasileira como seu grande defensor.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário respeitosamente REQUER, o envio de votos de pesar pelo falecimento de João Amazonas, presidente do Partido Comunista do Brasil, ocorrido no último dia 27 de maio do corrente e solicita envio de correspondência ao Diretório Estadual e Nacional do PCdoB.

João Amazonas que havia completado 90 anos no dia 1º de janeiro. Nasceu em Belém do Pará e entrou no PCdoB em 1935. Foi deputado Constituinte pelo Rio de Janeiro de 1946 e dirigente do Partido a partir de 1943. Dirigiu o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MULTI) em meados da década de 40. Fundador do PCdoB em 1962, e preparou a resistência guerrilheira da Araguaia entre 1968 e 1972.

Sua morte causou grande impacto ao meio político, pois dedicou toda sua vida às causas populares,

sendo reconhecido pela classe operária brasileira como seu grande defensor.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Hospital de Clínicas da UFPR, pela inauguração das novas instalações do Serviço de Urologia do HC.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Hospital de Clínicas, na Rua General Carneiro, 181 - Alto da Glória - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A inauguração de uma nova instalação para serviços médicos é algo de muito orgulho. Aqui no Paraná, exatamente em Curitiba, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná inaugurou, dia 25 de maio, as novas instalações do Serviço de Urologia do HC. Este evento mostrou a preocupação do povo paranaense com a saúde, fato que devemos apreciar muito, pois, um povo sem saúde não prospera.

Esperamos que o Hospital de Clínicas sempre continue mostrando a sua eficácia frente à saúde de todos nós paranaenses.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao Dr. Percy Eduardo Isaacson, pela homenagem recebida pela Aciap.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais, irá homenagear o Dr. Percy Eduardo Isaacson com a criação de um troféu, o qual será titulado com o seu nome.

Nascido em 01 de junho de 1922, este curitibano em muito se destacou em nossa sociedade. Coursou Odontologia e exerceu a profissão por alguns anos. Fundou a Sofipar, presidiu a Bolsa de Valores do Paraná no período entre 1962-1966 e teve, também, participação acionária e na administração do Banco Comércio e Indústria do Paraná. Desenvolveu um importante trabalho na introdução e consolidação das operações do Banco Safra na região PR e SC. Adquiriu a Metalúrgica Millá, empresa que a partir de 1976 passou a ser a famosa Britânia Eletrodomésticos. Em 1986 passou a ter 1860 funcionários.

Participou da fundação do Sinaees/PR - Sindicato Patronal do Setor Elétrico-Eletrônico. Como empresário tinha um estilo de administrar pautado na ética e na responsabilidade social de cumprir com prioridade seus compromissos financeiros com colaboradores, fornecedores e Governo.

Este é um cidadão que é orgulho de todos nós paranaenses.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, através do provedor, Clemente Ivo Juliatto, em razão das comemorações do sesquicentenário de fundação dessa instituição.

Os cento e cinquenta anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba serão comemorados com o lançamento de selo, entrega do restauro da fachada do prédio da instituição, inauguração do Memorial da Santa Casa, bem como inauguração de novos leitos de UTI e da ala "Virmond de Lima".

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba foi fundada em 1852 e, desde então, realiza trabalho abnegado em favor dos doentes.

O trabalho dessa instituição em prol da comunidade merece respeito e reconhecimento, razão pela qual o dia 09 de junho do corrente ano, início dessa comemoração, ficará marcado na história do povo paranaense.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Construtora Adobe, pela comemoração de seus 34 anos.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Construtora Adobe está completando 34 anos de existência. Fundada em maio de 1968 por Leo Grossman, a Construtora Adobe atualmente recebeu a denominação de Espaço Nobre.

A empresa é responsável, desde a sua criação, pela construção de mais de 500 mil metros quadrados de obras na capital paranaense e litoral do Paraná, entre obras residenciais, comerciais, industriais e especiais - como escolas e subestações, o que equivale à construção de cerca de 3000 apartamentos residenciais de tamanho médio.

A Adobe chegou a ser uma das maiores construtoras do Estado, com cerca de 350 empregados diretos e 200 indiretos. Implantou pioneiramente o sistema cons-

trutivo de formas de concreto armado que a tornaram a empresa mais veloz na implantação de estruturas de concreto armado em edifícios. Foi também a primeira construtora de Curitiba a utilizar programação visual de marca em seus tapumes. Através de seus arquitetos desenvolveu inúmeros projetos importantes, entre edifícios, fábricas e até um shopping center.

Mas a história da Adobe não é feita só de coisas boas. Como toda empresa no nosso país, a Adobe passou por muitos desafios, que foram aos poucos sendo vencidos com dedicação e trabalho daqueles que a construíram e continuam construindo dia-a-dia.

À empresa Adobe, uma referência na construção civil do nosso Estado, pela comemoração de seus gloriosos 34 anos, receba, através de sua diretora, Sra. Emília Grossmann (Rua Mato Grosso, 101 - 80620-070 - Curitiba / PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Estadual Natália Reginato, pela comemoração de seus 40 anos.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Natália Reginato completou na última semana seus 40 anos de fundação. Localizada no Cajuru, a instituição é uma das mais tradicionais da nossa Capital.

Fundada na década de 70, teve como sua primeira diretora a Sra. Ester Maria Bartnikowski e iniciou a partir da escola profissional da Rede Ferroviária. A sede própria foi doada por Frederico Reginato, cujo nome da mãe foi dado à escola.

Ao longo destes 40 anos, muito foi feito na escola - muitos profissionais de sucesso passaram por aqueles bancos escolares, aprendendo ali as primeiras lições de cidadania.

Pela comemoração de seus gloriosos 40 anos, receba o Colégio Estadual Natália Reginato, através de sua atual diretora - Sra. Ana Maria Mendonça de Almeida (Rua Goiânia, 679 - Cajuru - 82940-150 - Curitiba / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações e louvor à Dra. Danielle Guimarães da Costa, em face da sua efetivação como juíza da comarca de Campo Largo, e pelos relevantes serviços que vem

prestando à justiça e à comunidade paranaense, bem como seja remetido cópia desta proposição à mesma, para seu conhecimento.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que solicitamos o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações e louvor à Dra. Danielle Guimarães da Costa, juíza de Direito efetivada recentemente na comarca de Campo Largo, tendo anteriormente prestado serviços na qualidade de juíza substituta na comarca de Laranjeiras do Sul e Campo Largo.

Dignificando a magistratura paranaense, a Dra. Danielle, investida na relevante função de juíza, tem atuado com extrema competência, dedicação e especial empenho, por cujo esforço desse árduo e imensurável trabalho de garantir ao cidadão o seu direito e a aplicação da lei, merece o nosso reconhecimento, motivo pelo qual estamos certos receberá a presente proposição o apoio unânime dos nobres pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Aparecido Marrone, presidente do Rotary Club Maringá, Distrito 4630, pela comemoração de Jubileu de Ouro deste Club.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Aparecido Marrone, presidente do Rotary Club Maringá, Distrito 4630, vem administrando magnificamente esta associação. A comemoração que este Rotary vem a ter, é de grande felicidade para todo o povo maringaense pois, mostra a consolidação de mais um ano de excelentes trabalhos prestados para todos os cidadãos. A administração de Aparecido Marrone vem se destacando muito na cidade, promovendo eventos de grande valia para todos nós e mostrando a enorme importância que o Rotary de Maringá possui.

Esse aniversário gera em todos os maringaenses um sentimento de felicidade e segurança pois, a qualquer momento podemos contar com a ajuda desse Club.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, a aprovação de moção de apoio em prol da manutenção do curso de Enfermagem da Unioeste - cam-

pus de Foz do Iguaçu - para garantia da permanência do curso em nível de graduação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO

CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A idéia de estender o curso de Enfermagem para o campus de Foz do Iguaçu, decorrência de um projeto sanitário que a Diocese de Foz do Iguaçu pretende desenvolver no município.

O trabalho dos religiosos entre as comunidades carentes revelou-lhes uma realidade de muitas necessidades. O sistema de saúde do município que atende a população carente tem poucos serviços e não há perspectivas de alteração desta situação em curto espaço de tempo. Sentiu-se, assim, a necessidade de implantar um projeto que gerasse uma intervenção mais incisiva neste campo e que atingisse um índice populacional elevado. Surgiu, então, a idéia da construção do Poliambulatório, que mais tarde evoluiu para hospital com 80 leitos. O trabalho na comunidade de Foz do Iguaçu revelou também aos religiosos uma outra realidade de necessidades, a quase inexistência de enfermeiros com formação superior.

E nesse aspecto da formação de profissionais de nível superior, particularmente no campo da enfermagem, que a Unioeste foi solicitada a participar do programa. Entendem os idealizadores do projeto que para poder implementá-lo com qualidade e eficácia social não basta construir um hospital e equipá-lo com recursos modernos. É fundamental ter à disposição profissionais com formação superior para que a eficácia social se transporte para as ações executadas.

A população atual de Foz do Iguaçu gira em torno de 270 mil habitantes e os serviços de saúde que a cidade oferece à população são divididos em públicos, conveniados e particulares, sendo 26 unidades básicas de saúde, 02 hospitais conveniados para os estágios. O grupo que compõe a equipe de enfermagem conta com apenas 78 enfermeiros de nível superior, 76 técnicas de enfermagem e 620 auxiliares de enfermagem (ambos nível médio), necessitando, assim, de mais profissionais com formação superior em enfermagem, para atuar com competência técnica e política, desenvolvendo projetos e realizando pesquisa científica, capazes de planejar, coordenar, dirigir, executar, implementar, supervisionar o serviço de saúde nos diferentes níveis de assistência em áreas públicas e/ou privadas.

Diante das expectativas que se colocam, no sentido de melhoria da qualidade de vida para todos, de forma especial para a população, marginalizada, fica clara a necessidade da manutenção do curso de enfermagem na Unioeste, campus Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário,

rio, envio de expediente ao secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ramiro Wahrhaftig, solicitando estudos para a viabilização e implementação definitiva do curso de Enfermagem na Unioeste - campus de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(aa) IRINEU COLOMBO

CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

O curso de Enfermagem, campus de Foz do Iguaçu, está sendo realizado graças a uma parceria entre a Igreja Católica Italiana e a Unioeste, formando os primeiros 36 profissionais de enfermagem, os quais serão inseridos no mercado de trabalho para atender às necessidades urgentes da cidade na área da saúde.

Os hospitais de Foz do Iguaçu, bem como os postos de saúde mantidos pelo Poder Público, contam com uma boa qualidade no atendimento à população, necessitando assim, da manutenção definitiva do referido curso na cidade.

O curso de Enfermagem conta com um projeto político-pedagógico, além de um corpo profissional de professores, dispondo de equipamentos e acervos bibliográficos próprios. Entre alguns fatores que justificam a manutenção do referido curso está o elevado número de atendimentos realizados nas unidades de saúde aos brasiguaios, que comumente buscam assistência à saúde no município de Foz do Iguaçu. Outro fator importante consiste na existência de uma população flutuante - turistas e comerciantes - de aproximadamente 10 mil pessoas por dia que passam pela cidade e procuram o serviço sanitário de saúde, além do grande número de atendimentos à população local.

A população atual de Foz do Iguaçu gira em torno de 270 mil habitantes e os serviços de saúde que a cidade oferece à população são divididos em públicos, conveniados e particulares, sendo 26 unidades básicas de saúde, 02 hospitais conveniados para os estágios. O grupo que compõe a equipe de enfermagem conta com apenas 78 enfermeiros de nível superior, 76 técnicas de enfermagem e 620 auxiliares de enfermagem (ambos nível médio), necessitando, assim, de mais profissionais com formação superior em enfermagem, para atuar com competência técnica e política, desenvolvendo projetos e realizando pesquisa científica, capazes de planejar, coordenar, dirigir, executar, implementar, supervisionar o serviço de saúde nos diferentes níveis de assistência em áreas públicas e/ou privadas.

Diante das expectativas que se colocam, no sentido de melhoria da qualidade de vida para todos, de forma especial para a população, marginalizada, fica clara a necessidade da manutenção do curso de enfermagem na Unioeste, campus Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja enviado expediente ao diretor institucional da empresa de Telefonia Brasil Telecom, Sr. Leôncio Vieira de Resende Neto, solicitando providências urgentes no sentido de instalar um aparelho de telefone público, na BR-373, Km 261 - Rio dos Patos, Prudentópolis/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Moacir Luiz Costenaro, enviando correspondência para a BR-373, Km 261, Rio dos Patos, Prudentópolis/PR.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento atende solicitação dos moradores desta localidade que encontram dificuldades para comunicação, porque não existe, nem no referido endereço e tampouco nas imediações, um único aparelho telefônico.

Os moradores de tal localidade informam ainda que já são em número suficiente para justificar a instalação de um aparelho telefônico público.

Além disso, no referido endereço está localizada a lanchonete “Chalé Colonial” cujos proprietários se comprometem a preservar o aparelho com todos os cuidados que se fizerem necessários.

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente à Capitania dos Portos do Paraná, solicitando ao senhor capitão Pedro Tkotz Neto, informações sobre a aplicação de verbas do Fundo de Desenvolvimento e Ensino Profissional Marítimo - FDEPM, conforme se segue:

- Qual o montante da arrecadação mensal e anual dos recursos do Fundo em 2000, 2001 e 2002?

- Qual o percentual aplicado às categorias de marítimos e portuários, separadamente, a cada ano?

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Após a implantação da Lei Federal nº 8.630/93 - Modernização dos Portos, tem aumentado significativamente o número de trabalhadores portuários desempregados que necessitam de qualificação profissional. Tais informações nos permitirão uma avaliação do processo ensino-aprendizagem e de como está sendo feita a aplicação dos recursos.

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa seja oficiado à Exma. Sra. Margaret Matos Carvalho, procuradora/regional do Ministério Público do Trabalho, em Londrina, solicitando a revisão da decisão que suspendeu o trabalho de fiscalização, por

menores entre 16 e 18 anos, do estabelecimento rotativo na região central de Londrina, a denominada Zona Azul.

Requer, outrossim, seja dada ciência deste requerimento ao Padre Lídio, na Rua Angelina Ricci Vezoso, nº 85, Londrina/PR, CEP: 86.030-150.

A fiscalização da Zona Azul era feita por 222 (duzentos e vinte e dois) adolescentes, entre 16 e 18 anos, alunos da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina - Epesmel. Os menores participantes desse projeto de fiscalização tinham registro em carteira profissional e recebiam R\$150,00 (cento e cinquenta reais) por mês, por quatro (04) horas diárias de trabalho. O salário dos jovens ajudava a complementar a renda familiar.

A Epesmel foi fundada em 1976 e desde 1981, com a regulamentação da Zona Azul, passou a atuar com o projeto de geração de renda dirigido aos jovens, realizando trabalho social de alcance inestimável para a comunidade londrinense.

A Epesmel atua junto a menores em situação de risco, contribuindo para a inclusão social, desenvolvendo nos jovens o aspecto profissional.

Segundo o Ministério Público do Estado, o trabalho desenvolvido pelos menores, sob a orientação da referida escola profissionalizante, não fere o Estatuto da criança e do Adolescente.

A Promotoria da Vara da Infância e da Juventude de Londrina acredita que a extinção desses postos de trabalho para os adolescentes aumentará a informalidade que existia em relação aos guardadores de carros, os chamados “flanelinhas”, impondo maior risco à população.

Segundo informações, a representante do Ministério Público do Trabalho tomou conhecimento desse trabalho através de matérias jornalísticas, bem como que os menores estariam sendo ameaçados por marginais. Contudo, para solucionar esse problema, deveria ser aumentado o contingente policial nos locais de risco, evitando prejuízos ao desenvolvimento das atividades dos jovens que, além de desenvolver atividades legais, ainda podem ajudar as respectivas famílias.

Foi realizada uma audiência em Curitiba, no mês de abril, no Ministério do Trabalho, buscando uma solução para o assunto e está marcada nova audiência para o dia 19 de junho.

O Ministério Público do Trabalho não discute a legalidade com que é executado o trabalho dos menores, mas os fatores de risco a que ficam expostos os menores. Entretanto, também essa justificativa deve ser questionada, porque os menores sem ocupação estão expostos a riscos muito maiores, haja vista que a ociosidade e a falta de perspectivas é que geram problemas como drogas e a marginalidade em geral.

Os menores têm direito a essa atividade legal e orientada a inclusão social. Sem dúvida os fatores de risco devem ser analisados e minimizados, evitando que as mazelas das grandes cidades inviabilizem melhor qualidade de vida para os jovens.

Diante do exposto, requer ao Ministério Público do Trabalho que não inviabilize o trabalho desses menores, sob pena de causar problema social ainda maior.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, que sejam solicitadas ao senhor diretor-presidente da Sanepar, Carlos Afonso Teixeira de Freitas, providências urgentes para normalizar o abastecimento de água no Distrito de Vila Gandhi, no município de Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras e frequentes as reclamações dos moradores da Vila da qualidade da água fornecida pela Sanepar. Já houve, anteriormente, promessa da Sanepar para melhoria do sistema. Entretanto, a água que chega às torneiras é de qualidade ruim, principalmente depois de chuvas.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, que sejam realizados em caráter de urgência, os serviços de tapa-buraco na rodovia que liga Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul e desta, ao Porto Capim.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Após as últimas chuvas o número e o tamanho dos buracos aumentaram consideravelmente.

A estrada está em condições precárias, causando prejuízo a todos os que nela trafegam.

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário da Casa, S. Exa. o senhor secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, que sejam executados os serviços de manutenção (corte do mato nas laterais e limpeza das canaletas) na estrada que liga Bela Vista do Paraíso a Primeiro de Maio.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma estrada estreita, onde o mato, nas laterais, está invadindo a pista dificultando a visibilidade e tornando-a mais perigosa.

Nos dias de chuva as águas correm pelo leito da estrada, em virtude das canaletas estarem obstruídas por terra acumulada e pelo mato.

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, que seja estendido o abono salarial de R\$100 (cem reais) ao servidores públicos inativos e pensionistas.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O abono salarial é algo que há muito tempo os servidores da educação têm buscado. Temos conhecimento que vários setores públicos foram beneficiados com a atitude exemplar deste Governo, que tem como meta o bem-estar do nosso povo paranaense, idéia esta louvável, a do abono salarial neste momento tão difícil da economia nacional. Não medindo os esforços neste sentido, diante do fato que esta situação sobrecarrega ainda mais a questão orçamentária, mesmo assim, vimos através deste solicitar do Exmo. Governador que estenda também o abono salarial aos servidores inativos e pensionistas.

Não devemos esquecer de todos os esforços que estes dedicados cidadãos prestaram para o progresso do Estado do Paraná, o abono será, antes de tudo, o reconhecimento do trabalho que estas incríveis pessoas fizeram para o nosso povo.

São estas as razões do presente requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 377/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa, Com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa-PR, fundada em 05 de agosto de 1991, entidade de caráter cultural, artístico e social, sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto à comunidade de Ponta Grossa e de toda a região. As atividades da entidade sempre têm sido voltadas para os interesses da mulher, nas mais diversas áreas de atuação, sempre procurando contribuir para o desenvolvimento de

todas as suas potencialidades, tanto no comércio, indústria, na agropecuária, na educação, nas artes, sempre estimulando o fortalecimento da família, o exercício da cidadania com cursos e seminários.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa e esperamos o devido apoio dos nobres colegas e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 378/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã El-Shadday, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) Pastor EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã El-Shadday, é uma entidade de caráter beneficente, filantrópico, de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos manter programa de atendimento a pessoas necessitadas, prestar serviço nas áreas da saúde, alimentação, trabalho, educação ou através de convênio com órgãos públicos e particulares, dar assistência médica e espiritual a alcoólatras e toxicômanos, abrigar idosos e crianças desfavorecidas, recolher subsídios para a distribuição dos benefícios a serem prestados às pessoas necessitadas.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 379/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica determinado à concessionária do serviço de abastecimento de água o parcelamento das faturas em atraso em até 6 (seis) anos.

Art. 2º - Serão beneficiados com o disposto nesta lei os consumidores que mantiverem em dia os pagamentos das contas subseqüentes à contratação do parcelamento.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Estado, juntamente com os municípios, instituirá, com a participação popular, programa de sanea-

mento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa preventiva da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados (art. 210 da Constituição Estadual).

Atualmente a Sanepar efetua alguns parcelamentos de faturas em atraso. Contudo, existem devedores no Estado do Paraná que necessitam de prazos mais dilatados para colocar em dia os pagamentos.

Como exemplo desses devedores podemos citar alguns condomínios residenciais cujas contas deixaram de ser pagas em razão de liminares e agora com dívida impagável junto à concessionária do serviço de abastecimento de água. Geralmente nesses condomínios residem pessoas de baixo poder aquisitivo, gerando alta inadimplência das taxas de condomínio.

O parcelamento é interessante para os consumidores e também para a concessionária que poderá, finalmente, equacionar problemas antigos.

PROJETO DE LEI Nº 380/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Desportiva São José, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Desportiva São José é instituição sem fins lucrativos, de caráter social e cultural, cujo objetivo é a prática de esporte, principalmente o futebol, através do qual busca a formação de jovens mais carentes de recursos e que estão em situação de risco social.

Na instituição são realizadas atividades esportivas coordenadas por voluntários (professores, treinadores e preparadores físicos) que estão voltados à recuperação social e prevenção de problemas sociais. Além do treinamento é oferecido alimentação aos jovens em dias de treinos.

Os alunos são divididos em categorias, a saber: categoria de Base (infantil - de 12 a 14 anos); Categoria de Base (Juvenil de 14 a 16 anos) e Categoria de Base (Juniões de 16 a 20 anos). A Instituição tem disputado diversos campeonatos com sucesso, mas a maior vitória está no bom desenvolvimento de seus alunos que, através do esporte recebem uma oportunidade de sair das ruas.

Por ser instituição sem fins lucrativos e de assistência, estamos solicitando sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 381/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir no âmbito do Estado do Paraná o Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE, objetivando promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, estimular o desenvolvimento das cooperativas de trabalho e das micro, pequenas e médias empresas, bem como das propriedades do setor rural do Paraná, fortalecendo a participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda.

§ 1º - Estarão habilitados aos benefícios deste lei, os jovens com idade compreendida entre 16 e 24 anos, regularmente inscritos no Programa, e que não tenham tido nenhuma relação formal de emprego.

§ 2º - Dentro de um prazo de até 6 (seis) meses, o inscrito deverá comprovar através de documentação hábil, a matrícula e frequência em curso de 1º, 2º ou 3º graus.

§ 3º - Excetuam-se das disposições dos §§ 1º e 2º, os jovens de 16 e 24 anos:

- a) portadores de deficiência;
- b) portadores de altas habilidades;
- c) vinculadas a Programas de inserção social coordenados ou supervisionados pelo Poder Judiciário, FEBEM ou outras entidades legalmente habilitados e;
- d) egressos do sistema penal.

§ 4º - As contratações previstas no parágrafo anterior não se aplica o limite estabelecido no § 3º do artigo 4º desta lei.

§ 5º - As relações de emprego beneficiadas com os incentivos desta lei devem estar regulares perante a legislação federal do trabalho e da previdência, cabendo ao empregador todos os ônus legais, inclusive os encargos sociais.

Art. 2º - O Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE, ora instituído será coordenado e supervisionado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e contará com a colaboração da Secretaria do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, dos municípios, das Comissões Estadual e Municipal de Emprego, dos Conselhos da Criança e do Adolescente, dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas e de outras organizações sem fins lucrativos, governamentais ou não.

Parágrafo Único - Os municípios poderão participar do Programa mediante o desenvolvimento de ações complementares, no âmbito de suas competências.

Art. 3º - As inscrições dos jovens no Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE, serão efetivadas nas Unidades do Sistema Nacional de Emprego - SINE e nas Prefeituras Municipais.

§ 1º - Nos locais de inscrição deverá ser afixada, mensalmente, a relação dos inscritos no Programa, bem como daqueles já encaminhados e aproveitados nas empresas.

§ 2º - Quando da implementação do Programa estarão automaticamente inscritos, atendidos os critérios estabelecidos nesta lei, os candidatos já cadastrados das Unidades do SINE, nos últimos 6 (seis) meses.

§ 3º - O encaminhamento às empresas deverá obedecer rigorosamente à ordem cronológica de inscrições, respeitadas as prioridades para preenchimento das vagas estabelecidas nesta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar à empresa participante do Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE o valor mensal equivalente ao piso salarial de ingresso da categoria profissional do jovem, fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, até o limite máximo de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por jovem contratado, durante os primeiros 6 (seis) meses do contrato de trabalho.

§ 1º - Não havendo piso estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho ou decisão normativa, o valor repassado à empresa será equivalente a 1 (um) salário mínimo por jovem contratado.

§ 2º - As empresas habilitadas poderão contratar, nos termos desta lei, até 20% (vinte por cento) de sua força de trabalho, sendo que as que contarem com até 4 (quatro) empregados poderão contratar 1 (um) jovem através do Programa.

§ 3º - Terão prioridade para preenchimento das vagas oferecidas pelo Programa os jovens oriundo de famílias em situação de pobreza e que estejam cursando o 1º grau.

§ 4º - Será assegurado ao jovem a proteção da legislação trabalhista e das convenções ou acordos coletivos de trabalho ou decisões normativas aplicáveis à categoria profissional a que estiver vinculado.

§ 5º - No caso de contratos para meia jornada de trabalho o repasse do estado será de metade dos valores previstos no “caput” deste artigo.

Art. 5º - Serão destinados preferencialmente a jovens portadores de deficiência 10% (dez por cento) dos novos postos de trabalho, decorrentes desta lei.

Art. 6º - Poderão habilitar-se a participar do Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE, mediante a assinatura de Termo de Adesão com o Estado, as cooperativas de trabalho, as micro, pequenas e médias empresas, bem como os proprietários de áreas rurais do Estado do Paraná, assim definidos no Regulamento.

§ 1º - As empresas referidas no “caput” deverão apresentar plano de expansão, comprovar a não redução de postos de trabalho nos 3 (três) meses que antecedem à sua habilitação ao Programa e comprometer-se a manter

os novos postos de trabalho, relativos aos benefícios deste lei, pelo período mínimo de 18 (dezoito) meses.

§ 2º - O empregador, respeitado a legislação trabalhista, e na forma do regulamento, poderá, mantendo o posto de trabalho, substituir o jovem contratado no âmbito deste Programa.

§ 3º - A empresa que reduzir o número de postos de trabalho e/ou descumprir os direitos previstos no § 5º do artigo 4º desta Lei durante sua participação no Programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos.

§ 4º - As empresas e os proprietários de áreas rurais referidos no “*caput*” deverão declarar regularidade das suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias no âmbito estadual.

§ 5º - As empresas de grande porte, excepcionalmente, poderão habilitar-se a participar deste Programa, mediante a assinatura do Termo de Adesão referido no “*caput*”, desde que contrate os jovens referidos no § 3º do artigo 1º desta Lei.

Art. 7º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, trimestralmente, quadro demonstrativo do Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE, que deverá informar o nome da empresa habilitada, município de localização, número de postos de trabalho gerados e data de admissão do jovem contratado.

Art. 8º - Os recursos para o Programa Meu Primeiro Emprego - PMPE serão oriundos do Tesouro do Estado e de outras fontes, mediante convênios com a União, Municípios, entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - A distribuição dos recursos referidos no “*caput*” obedecerá à seguinte proporcionalidade:

- a) 60% (sessenta por cento) direcionados aos inscritos com formação de até 1º grau;
- b) 40% (quarenta por cento) aos demais inscritos.

Art. 9º - O crédito a que se refere o artigo anterior será coberto, em igual valor, por previsão de arrecadação a maior de receitas correntes.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

Dados estatísticos divulgados pela FAO dão conta de que cerca de 68% dos jovens entre 17 e 25 anos trabalham no mercado informal, ou seja, sujeitam-se à lei ditada pelo empregador, quer quanto à sua remuneração,

quer quanto às garantias constitucionais e legais asseguradas ao trabalhador registrado.

No caso da faixa compreendida entre os 16 e 18 anos, em que pese a indisponibilidade de dados consolidados, a situação é bem mais grave. Tal índice se torna, sem dúvida, muito superior, requerendo pronta atuação do poder público no saneamento dessa irregularidade.

O alcance social e econômico dessas iniciativas é indiscutível e palpável em curto espaço de tempo. Seu objetivo é o de implementar mecanismos de incentivo à criação de novos empregos. Na verdade, trata-se de um movimento feito no sentido de viabilizar a realização do direito ao trabalho, prevista no artigo 6º da Constituição Federal, dando aos seus destinatários a proteção constante da norma do artigo 227 do mesmo diploma.

Porém, mais do que um mero incentivo à criação de empregos tem esta proposta a pretensão de direcionar as possibilidades criadas para uma parcela específica da população, aquela que, recém-entronizada na adolescência, lança-se em um mercado de trabalho altamente competitivo e sempre mais especializado.

A criação de oportunidades, portanto, dentro de uma sociedade que opta, claramente, pela adoção de um sistema econômico fundado na legítima relação capital-trabalho, deve prover uma forma de compensação que, longe de fornecer meros benefícios ao empregador, venha constituir-se em um atrativo à admissão daqueles jovens trabalhadores.

Entretanto, não basta a tão-só criação das oportunidades de emprego, como se faz necessária a preparação constante da mão-de-obra que se inclua, de fato, na parcela economicamente ativa da sociedade, para o exercício de suas atribuições em setores que, cada vez mais, adquiram a complexidade altamente dinâmica deste fim de século. Daí, a inclusão, dentro da lei, de instrumentos garantidores do ensino profissionalizante, tão necessário quanto suficiente ao objetivo proposto.

A proposta de redução da carga tributária incidente sobre os ganhos de capital, estabelecida como uma das formas de compensação, tem como condão à manutenção do equilíbrio financeiro requerido pelo estabelecimento do estímulo à geração de novos empregos, na medida em que não criará novos ônus aos empresários de qualquer setor.

Quanto à parcela de compensação incidente na contribuição sobre o lucro, também, como a anterior, não se constituirá em fonte de déficit de arrecadação, pelo fato de; como contraprestação, permitir o surgimento de novos empregos e suas conseqüências, tais como o ingresso de mais renda no mercado econômico, além da crescente especialização profissional mencionada, com o respectivo aumento da produtividade que, obrigatoriamente, acarretará.

Também é altamente possível que a geração de oportunidades de trabalho possibilitem maior interesse, por parte do empregador, na regularização dos contratos de trabalho, por ser a única forma de ele se beneficiar da

compensação permitida. Em decorrência, haverá idêntico volume de contribuintes previdenciários, com o que se impede a evasão de recursos da seguridade social.

Acrescente-se ainda que, ao regularizar a situação funcional desses trabalhadores o número de contribuintes assegurados crescerá pelo direito adquirido que conquistarão.

Em síntese, embora conceda o benefício da renúncia tributária parcial aos empregadores participantes, o Programa por outro lado, viabiliza a inserção de nova fonte de contribuição, resultando em aportes substanciais e recursos até então sonogados devido à inexistência da fonte de recolhimento.

Tal contrapartida se ajusta aos interesses de natureza social da proposição, principalmente ao considerar-se que o acesso do menor ao mercado de trabalho está determinado pela necessidade de reforço da renda familiar. Mais que isso, a iniciativa acolhe o menor trabalhador ao amparo da lei. A informalidade do vínculo empregatício e, portanto, a exploração da mão-de-obra cede lugar a um mecanismo dos mais atraentes à legalização das relações de emprego.

Submeto a matéria a discussão da Assembléia e ao aperfeiçoamento que, por certo, será procedido pelos seus membros, na certa de estar oferecendo à sociedade mecanismos que promovam os fundamentos constitucionais do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 382/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o § 3º, do artigo 157, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, que dispõe sobre o Código da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A presente medida visa sanar a imoralidade contida no parágrafo 3º do artigo 157 da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná) que beneficia o policial militar reconhecidamente culpado de crime e processo administrativo ou criminal com imputação de pena para inatividade com transferência obrigatória para a reserva remunerada.

Por definição do próprio Código, no parágrafo 1º, do artigo 154, a reserva é a situação temporária de inatividade em que o militar fica obrigado a determinados deveres e conserva alguns direitos. A transferência para a reserva pode ser de modo facultativo ou compulsório, com ou sem remuneração.

Os casos enquadrados na chamada reserva remunerada estão todos elencados no artigo 157 e parágrafos

do Código da Polícia Militar. E os identificados como de reserva não remunerada estão no artigo 167 alíneas, que são: o militar aceitar cargo público civil de provimento efetivo ou vitalício e o oficial que obtiver exoneração do serviço ativo.

Comparando-se a situação entre reserva remunerada compulsória e não a remunerada estão no artigo 167 alíneas, que são: o militar aceitar cargo público civil de provimento efetivo ou vitalício e o oficial que obtiver exoneração do serviço ativo.

Comparando-se a situação entre reserva remunerada e a não remunerada, vemos que no caso do parágrafo 3º do artigo 157 há evidente prejuízo à imagem da Corporação, onde um dos seus membros é condenado pela justiça comum ou pela justiça militar, obedecidos todos os trâmites do devido processo legal e é recompensado com a reserva remunerada por seu indigno, condenável e punível ato criminoso; já o membro da Corporação que aceita cargo público ou foi exonerado (e não expulso) é penalizado com a reserva não remunerada. Tal situação, como esta do parágrafo 3º do artigo 157, leva à conclusão óbvia de que o crime recompensa!

É inadmissível e revoltante que maus membros de tão egrégia corporação, que aviltaram-na com suas condutas vis e criminosas, sejam recompensados financeiramente por suas atitudes tão execráveis.

A boa imagem que a Polícia Militar usufrui junto à população paranaense não pode ser maculada com a existência de norma tão imoral, como a do parágrafo 3º do artigo 157. A revogação deste parágrafo é emergencial e indispensável para que os paranaenses possam continuar a se orgulharem desta digna Corporação.

PROJETO DE LEI Nº 383/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o “Dia do Técnico de Segurança do Trabalho”, a ser comemorado anualmente, no dia 27 de novembro.

Art. 2º - Fica instituído a “Semana de Prevenção de Acidentes do Estado do Paraná”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.2002

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem como objetivo prestigiar a categoria dos técnicos em Segurança do Trabalho, que vem prestando enormes serviços à segurança e à saúde do trabalhador, entre eles, a prevenção de acidentes e a melhoria das condições de saúde no trabalho. O Paraná tem dado exemplo de ações de avanço em diversas áreas, principalmente porque tem priorizado, as cida-

des e as pessoas que nelas vivem. Poderemos, com este ato, através da educação, conciliar no Brasil de hoje, o movimento da economia e as emergentes tendências tecnológicas de modernização e competição, com efeitos danosos dos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. O avanço tecnológico e sua interferência no mundo do trabalho, requerem a necessidade de um trabalho contínuo de educação e informação em segurança e saúde do trabalhador.

Cabe-nos nesta oportunidade, relatar um breve histórico da origem do profissional em segurança do trabalho.

O impulso da industrialização no Brasil, principalmente com a chegada das grandes montadoras de automóveis, trouxe consigo a concepção de necessidade de proteção à sua mão-de-obra, através da melhoria continuada do ambiente de trabalho, tendo como parâmetro a inspeção de qualidade exercida por profissionais treinados para tal fim. Eis que por volta do ano de 1967 surge a função de Inspetor de Segurança do Trabalho, tendo como atividade desenvolver e criar programas que minimizassem e diminuíssem os acidentes de trabalho, auxiliando as comissões internas de prevenção de acidentes que até então tinham sobre sua responsabilidade esta tão nobre missão.

O Inspetor de Segurança do Trabalho geralmente era escolhido dentre aqueles trabalhadores que demonstravam grande interesse em exercer tal função, e baseado em seu conhecimento empírico desenvolviam programas de Segurança do Trabalho, que versavam quase exclusivamente no conceito de eliminação de atos inseguros e raramente levava-se em consideração as condições ambientais de atividade, sendo pois, precursores em potencial da aplicação de seu conhecimento pessoal para o avanço de todo um desenvolvimento da capacidade intelectual seguinte.

Como processo constante de mudanças e avanços da tecnologia e da relação de trabalho, os Inspetores de Segurança do Trabalho precisavam acompanhar esse desenvolvimento e por outro lado tornava-se necessário a criação de dispositivo legal que permitisse o desenvolvimento dos trabalhos de forma organizada e uniforme.

Assim, em 27 de julho de 1972, o Ministério do Trabalho editou a Portaria Ministerial nº 3237/72, criando a função do Supervisor de Segurança do Trabalho, instituindo formação emergencial a cargo da Fundacentro para qualificação desse profissional.

No ano de 1977, altera-se o Capítulo V, Título II da CLT, através da Lei nº 6514/77, permitindo assim, que em 13.06.78, o Ministério do Trabalho pudesse publicar a Portaria nº 3214/78 instituindo as “28 Normas Regulamentadoras em Segurança e Medicina do Trabalho”.

Desta forma, o então supervisor de Segurança do Trabalho, já com uma formação específica voltada para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, inicia uma caminhada para a regulamentação desta profissão,

que culminou, no dia 27 de novembro de 1985, com a edição da Lei nº 7410/85.

Os profissionais Técnicos de Segurança do Trabalho, que além de possuírem em seus quadros grandes profissionais, conhecem de perto o segmento produtivo e o empresariado do nosso Estado que são sensíveis, não só às mazelas e à dor que se segue na família causadas pelos acidentes e doenças do trabalho, mas também os seus altos custos às empresas e a toda sociedade paranaense.

Desta forma, dito e justificado, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do referido projeto.

PROJETO DE LEI Nº 384/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao comandante Fernando Paes de Barros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O comandante Fernando Paes de Barros, vem de longa data representando de forma ímpar, o Estado do Paraná nos céus do Brasil.

Nascido em Curitiba no ano de 1952, foi aluno do Colégio Militar de Curitiba, aviador brevetado pelo aeroclube do Paraná desde 1972, engenheiro mecânico graduado pela Universidade Federal do Paraná em 1975 é piloto de acrobacia formado pelo comandante Alberto Bertelli, tendo sido instrutor de pilotagem e de acrobacias e um dos fundadores da Associação Brasileira de Acrobacias (ACRO).

Fez carreira de piloto de linhas aéreas com qualificação em Boeing 767-200/300, 737/300/400 e 727-100, chegando a comandante master internacional, tendo operado durante doze anos em linhas para a América do Norte e Europa. Exerceu as funções de piloto-chefe, gerente de Instrução e diretor de Operações da Transbrasil.

Foi fundador da primeira companhia de linha aérea paranaense, a Helisul, tendo levado o transporte aéreo regular a onze cidades do Estado.

Na acrobacia aérea, ficou nacionalmente conhecido por suas exibições nos principais eventos aeronáuticos do país, tendo conquistado o tetracampeonato brasileiro em 1998.

Participou de várias provas no Campeonato Norte-Americano e recebeu o prêmio de melhor piloto estrangeiro em 1989. Representou o Brasil nos campeonatos mundiais de Acrobacia Aérea de 1988 na Eslováquia e de 2000 na França.

Possui mais de 18.000 horas de voo, sendo 3.500 de acrobacia e mais de 400 apresentações em shows aéreos em diversos tipos de aeronaves. reconhecido internacionalmente, é considerado um dos melhores pilotos de acrobacia aérea. Possui aeronaves Bucker e Extra 300.

Pelos relevantes serviços prestados à Aeronáutica, foi condecorado pelo presidente da República Federativa com a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutica em 1999.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, o seu reconhecimento como Cidadão Benemérito do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a viagem do governador e da vice-governadora nós participamos, oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça que ele deverá assumir as funções de governador do Estado durante a ausência do governador e da vice-governadora.

Eu me sinto impedido de assumir, porque senão, ficaria inelegível.

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros paranaenses que aqui comparecem, para acompanhar a Sessão que transcorre hoje.

Vimos e ouvimos a leitura do expediente do senhor governador, comunicando a sua 47ª viagem ao exterior. Essa viagem seria, com certeza, para assinar dois convênios: um de 15 milhões, que é um ótimo objeto de justificativa para a viagem; e outro de 100 milhões que também deveria estar, mas segundo o que disseram os próprios assessores do Executivo: “Não tem problema”. O empréstimo, deputado Irineu Colombo, vai ser assinado mesmo assim, sem autorização da Assembléia para que, posteriormente, encaminhe o projeto de lei autorizando a contratação desse empréstimo.

Ora, a Assembléia mais uma vez é “tratorada”. Não se concedeu a autorização do empréstimo de 100 milhões de reais! E lá vai o governador Jaime Lerner tomando rumo para Nova Iorque, Washington, para fazer a assinatura, em nome do povo do Paraná, sem a autorização desta Casa de leis, de uma contratação de empréstimo da ordem de 100 milhões de reais.

Para os quinze, dos quais são mote, não precisa da solicitação desta Casa, senhor presidente, porque vem em forma de doação, do tão desejado, deputado Isfer, fundo perdido. Mas os 110 milhões que, estes sim, são empréstimos com taxas de juros, pagando taxa de permanência senão fizer o desembolso nas datas aprazadas, este terá que ter a competente autorização legal.

O que vai acontecer, deputado Miltinho Pupio? Daqui a uns dias, o governador justifica a sua 48ª viagem. Porque foi a questão de duas semana a Nova Iorque, com dinheiro pago de impostos do povo do Paraná, para fazer

o lançamento frustrado das ações da Sanepar da Bolsa de Nova Iorque. Quando o governador se ocupa de fazer lançamento de ações, em Nova Iorque, é porque existe muita facilidade para se gastar recurso público.

Agora vai para buscar e justificar assinatura de 15 milhões, e daqui a mais duas semanas, depois da autorização desta Casa, vai para colocar com certeza no processo de financiamento a lei autorizatória que permite ao governo do Estado endividar-se em mais 100 milhões de dólares.

Ora, nós gostaríamos, com este mesmo empenho das viagens do senhor governador, de vê-lo preocupado com a empresa de auditoria, a Anderson, que recentemente levou à quebra a maior empresa de energia dos Estados Unidos e uma das maiores do mundo, por falsidade de informações, foi falsidade de elaboração de dados, e aqui no Brasil e no Paraná, quem olhar o relatório do balanço da Copel, vai ver lá no relatório da Copel, a mesma empresa de auditoria que lá nos Estados Unidos contribuiu para a quebra de uma grande empresa produtora, geradora, distribuidora de energia, aqui ela faz audição, senhor presidente, das contas da maior empresa pública que tanto o povo do Paraná se empenhou para preservar.

Então, estas são as razões que me trazem a esta tribuna para mostrar o nosso inconformismo com esta “tratorada” que dá na Assembléia Legislativa, e que indo a Nova Iorque ou a Washington para subscrever o empréstimo, enquanto nós podíamos esperar mais 10, 15 dias, e com certeza iriam também os outros 100 milhões, e aí ele não precisaria de fazer a 3ª viagem, em menos de 45 dias.

Mas é com esta irresponsabilidade e é com esta prática, deputado Nereu Moura, que nós temos observado o endividamento do Estado do Paraná. É só fazer uma análise, em 95 qual era o índice de liquidez das contas públicas do Estado do Paraná e fazer este mesmo índice na data de 31 de dezembro de 2002, quando este governo terá posto fim ao seu período de mandato, aí nós vamos observar como um bom governo faz falta e faz a diferença.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

V. Exa. também está querendo demais do governador Jaime Lerner! Está querendo aquilo que na verdade jamais poderia seduzi-lo, que é deixar de viajar, porque V. Exa. sabe que ele é um homem apaixonado por viagens, principalmente, quando o erário para as suas viagens, quando o povo do Paraná paga! Tanto é verdade que ele está completando hoje 48 viagens ao exterior!

Então, V. Exa. ao pedir que ele não viaje por que isso seria mais prudente, está exigindo algo absolutamente inaceitável para o governador Jaime Lerner! Viajar, na verdade, é um desejo incontido no seu coração, e o Paraná observa hoje o seu 48º voo, ultrapassando 400 dias de viagens.

Estas histórias de assinar convênio, deputado José Maria, são muito relativas, dar palestras em universidades que não existem, em associações de bairro em algum distrito periférico de uma cidade americana, tudo isso na verdade é relativo. O fato mais fundamental é o apego pelas viagens, a vontade de viajar, do governador Jaime Lerner. Por isso é que ele faria qualquer coisa no mundo para não ir só uma vez aos Estados Unidos, mas ir duas, três. Se for lá agora para ler a minuta do contrato, não tenho dúvida que na semana que vem, ele volta para ler a segunda minuta, e aí a terceira, e aí ele já aproveita e vai lá em Manhattan visitar o seu neto, enfim, visitar os amigos que tem nos Estados Unidos.

Por isso, deputado José Maria, pegando um “gancho” em V. Exa., que é um deputado sério, que aborda um assunto importante, quero aproveitar para registrar aqui que o governador Jaime Lerner está realizando hoje a 48ª viagem para fora do Paraná, para o exterior, sem contar com os países do Mercosul, isso tudo, às custas do dinheiro do povo do Paraná!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado pelo seu aparte, e com certeza, com todo esse desejo ardente de viajar, porque realmente viajar espantou e deprime aqueles que não conseguem alterar a realidade que têm sobre as mãos, eu tenho certeza que faltou tempo para conhecer a situação dos cegonheiros do Paraná, que pedem justiça!

Com certeza faltou tempo para conhecer o estado das nossas estradas, pelas quais passam esses mesmos cegonheiros!

Com certeza faltou tempo para conhecer as nossas questões de segurança pública, porque estas agredem um governo que diz ser eficiente e que está hoje com uma frota de carros, mas eu gostaria de ter visto esta frota de carros no início da administração e não ter pago, nesses últimos seis anos contratos que foram de 2.700,00 a 3.400,00 por veículos/mês, coisa que em nove meses de aluguel, seria suficiente para comprar os veículos que estão ali na frente. O Paraná hoje seria proprietário de uma frota de doze mil veículos se não tivesse colocado na Administração, esses contratos.

É por isso e eu tenho a certeza, que faltou tempo ao senhor governador, quando ele passa mais de 1/6 do seu governo viajando, e não no Paraná, e muito menos no Brasil, mas fora do nosso país e evidentemente, há que se reconhecer que faltou tempo para conhecer as causas mais importantes deste Estado!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero abordar um assunto que vem tirando o sono dos nossos produtores rurais. Participamos da CPI dos Alimentos da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Orlando Pessuti e muito bem acompanhada pelo relator, deputado Cezar Silvestri e outros deputados e nós tivemos a oportunidade de ter audiências públicas em todo o Estado do Paraná e recebemos reivindicações do setor leiteiro.

Na última semana eu recebi uma visita de produtores de suínos da região Oeste do Paraná e eles me entregaram um ofício e pediram que eu tornasse público e achei por bem trazer ao conhecimento da Assembleia Legislativa.

O ofício traz alguns problemas que está passando a suinocultura do Estado do Paraná, entre elas o elevado custo de produção que está a 1,40 o quilo da carne suína e o preço médio de vendas está em torno de 0,85. Então, o suinocultor está tendo um prejuízo aproximado de 65,00 para produzir um animal de 110 kilos.

Esse ofício traz sugestões, entre elas, pedir atenção especial na CPI dos Alimentos à questão da suinocultura e para que seja criada uma legislação específica a nível estadual e federal, limitando o aumento de matrizes sem controle das associações representativas do setor, a exemplo de países europeus que incluem percentual de abate de 20 a 40%, obrigatoriamente adquiridos de produtores independentes, com a finalidade de evitar o alto preço de produção e o baixo preço de venda.

Então, senhoras e senhores deputados, vou encaminhar à Mesa da Assembleia Legislativa, cópia do ofício dos suinocultores de São Miguel do Iguaçu.

O Sr. Orlando Pessuti

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado V. Exa. está usando o Horário da Liderança do PDT?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo por trazer ao conhecimento da Sessão Plenária de hoje as reivindicações dos suinocultores e colocou bem V. Exa. que a nossa CPI está cumprindo religiosamente o calendário no qual se propôs trabalhar.

V. Exa, que é sub-relator do leite, junto com o deputado Silvestri, que é o nosso Relator geral, saber que temos procurado fazer todas as semanas as nossas reuniões para que esta CPI continue funcionando de acordo com aquilo que planejamos quando foi instituída.

A questão da suinocultura está delicada. Sabemos que os preços pagos aos suinocultores é muito baixo. O custo de produção aumentou principalmente em função do aumento do milho e o impasse está estabelecido, até porque as exportações que se esperavam para a Rússia, Polônia, Chile e outros mercados não aconteceram, e o aumento de consumo interno também não aconteceu, e o que aconteceu foi o aumento no custo de produção em função do milho e o aumento na oferta de suínos em fun-

ção dessa expectativa que tinham os suinocultores de vender mais para o mercado externo.

Nós já estivemos em Florianópolis. V. Exa. já esteve acompanhando reuniões no interior do Paraná e amanhã estará acontecendo em Francisco Beltrão uma grande mobilização de suinocultores do Sudoeste, do Oeste e da região Centro-Oeste do Paraná.

E nos foi solicitado pela direção da Associação dos Suinocultores que a CPI dos Alimentos se fizesse representar neste evento e estamos designando um grupo de parlamentares da CPI para comparecerem a essa mobilização, a essa audiência pública que acontecerá amanhã, às 15 horas em Francisco Beltrão, e esperamos que não só os deputados da região Sudoeste, mas outros da CPI ou não, possam comparecer a esse evento, porque é um evento que busca resgatar a suinocultura do Estado do Paraná.

Por isso, cumprimento V. Exa. por ter oportunizado, no plenário, a discussão desse assunto.

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço o aparte do deputado Pessuti, e dizer que realmente é uma preocupação que têm, não só os suinocultores das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, mas é uma questão que está envolvendo todo o cenário nacional. O que estamos vendo, deputado Pessuti, é que todos os setores estão, passo a passo, sendo desorganizados, temos a questão do leite, agora a questão da suinocultura, temos a questão dos nossos empregados rurais, dos caminhoneiros, dos cegonheiros, então todos os setores da nossa economia estão sendo, devagar, desorganizados. Então é uma responsabilidade muito grande, a Assembléia Legislativa não pode ficar à margem desta discussão.

Eu agradeço o aparte de V. Exa. e quero dizer que estamos nos empenhando para fazer a nossa parte para resolver o problema dos suinocultores e também do pessoal relativo à cadeia alimentar do leite.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

O Brasil, senhores deputados, senhor presidente, perdeu um dos maiores nomes da democracia que vivemos. Infelizmente João Amazonas, o líder maior de um dos partidos da resistência democrática desta Nação, o PCdoB, tem a lacuna deixada por aquela pessoa, a figura de um estadista. João Amazonas procurou, de todas as formas possíveis ao seu alcance, devolver ao solo pátrio a democracia que todos nós desfrutamos.

Iniciamos nosso pronunciamento fazendo esta homenagem, senhores deputados, pela liberdade com que nos encontramos hoje de traduzir, através de atos, de pronunciamentos, a liberdade que oferece este regime que hoje todos nós vivemos.

E nesse regime democrático, é que vemos a figura do senador Álvaro Dias, ser hoje alvo de alguns senões referentes à sua eleição para governador deste Paraná. Alguns órgãos de informação ou da imprensa nacional vinculam que o senador Álvaro Dias poderá ser vice desse ou daquele candidato, formando uma chapa para concorrer a nível de presidência ou vice-presidência da República.

Eu asseguro que o senador Álvaro Dias e ontem ele esteve neste plenário, para registrar a entrega ao seu irmão, Osmar Dias, também senador, de um título do Estado do Paraná, assegurava a todos nós que realmente ele é candidato a governador do Estado e não à vice-presidência da República, como querem alguns colocá-lo. Tenha certeza, Paraná, que ele vai ser governador, porque nós vemos a preocupação de uma ou de outra forma, para tentar deslocar aquilo que é vontade da maioria do povo do Paraná.

Mas, falando em Paraná, senhor presidente, senhores deputados, nós temos em mãos o jornal, Diário dos Campos, que traz em sua primeira página: "Juiz considera pedágio ilegal. A Justiça Federal declara ilegalidade do pedágio os trechos atingidos por esta determinação judicial e deu 30 dias para as concessionárias destes trechos apresentarem as suas defesas para daí ser eliminado o pedágio, através dessa decisão". Os trechos são entre Irati e Relógio, Caetano e Relógio, Mauá da Serra - Ortigueira, Ortigueira-Embaú, Embaú-Ponta Grossa, Ponta Grossa-São Luiz do Purunã, Castro-Carambeí, Jaguariá-Piraí do Sul.

Interpretando a Constituição Federal o juiz aponta a exigência para que rodovia pedagiada ofereça vantagens especiais aos usuários, pelo menos pista dupla, que muitos desses trechos não a possuem.

Como também argumenta S. Exa. o juiz, que somente as rodovias que ofereçam condições especiais e de estrutura e de serviços podem ser pedagiadas. Além disso, o juiz sustenta que os usuários tenham o direito de contar com uma via alternativa em condições de trafegabilidade sem pagar tarifa alguma.

O juiz condena a forma como as rodovias paranaenses foram concedidas pelo Governo do Estado, para exploração da iniciativa privada. No Paraná, a única via que existe, a BR-277, e que de sempre se valeram gratuitamente os motoristas, teve o seu acesso restrito pelo pedágio, sem que nenhuma outra opção fosse deixada ao cidadão paranaense ou ao brasileiro, estrangeiro, que aqui transitar. O pedágio em qualquer lugar é faculdade opção de quem usa rodovia. No Paraná é inverso, foi imposto a todos os paransenses, brasileiros e estrangeiros que aqui transitam - assinala a decisão do juiz que têm inúmeras outras ponderações.

Queria, senhor presidente, senhores deputados, enaltecer essa decisão, cumprimentar a Justiça Federal que, atendendo a sentença que era pedida pelo Ministério Público Federal desde 1999; cumprimentar também essa Bancada da Oposição, que sempre se opôs ao pedágio do

Paraná, para que ele não fosse implantado e cobrado como está sendo.

S. Exa. o governador Jaime Lerner, insensível à classe trabalhadora do Paraná e principalmente aos transportes das safras agrícolas, bem como dos representantes comerciais, e ainda mais, de todos aqueles que usam a rodovia, não teve a sensibilidade de fazer com que a lei fosse cumprida, dando condições para que aquele que não pode pagar ou que não deseja passar numa praça pedagiada, possa ele ter uma via alternativa.

O Sr. Eli Ghellere

Parabenizo V. Exa. pelo assunto que traz nesta tarde de hoje. Dizer realmente que a Justiça Federal vem atuando de forma a corrigir alguns pontos que a privatização nos trouxe.

Um exemplo é a questão do pedágio, a privatização das estradas, onde em Ponta Grossa, nos pedágios do município, não é mais cobrado pedágio daquele ponto.

Nós tivemos também uma vitória na Justiça Federal de Foz do Iguaçu, onde a Dra. Sandra, juíza titular daquela Circunscrição da Justiça Federal, nos concedeu uma liminar dizendo que as tarifas telefônicas, que foram inventadas, pela privatização/dentro do próprio município também não podem ser cobradas.

Então são assuntos que a privatização trouxe, são problemas que trouxe, que a Justiça Federal, passo a passo, vem corrigindo. Parabenizo V. Exa. e também sou solidário ao seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Terminando, senhor presidente, ainda de qualquer forma, as concessionárias poderão recorrer junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª região, em Porto Alegre, e ao Supremo Tribunal Federal. Uma decisão definitiva leva o juiz e pode demorar até dois anos. E ele recomenda a todos aqueles que passarem pelo pedágio que guardem os seus canhotos para num futuro, se a decisão for confirmada serem ressarcidos daquilo que legalmente é cobrado em todo o solo do Paraná.

Termino, senhor presidente, dizendo uma vez mais, aos Sindicatos dos Transportadores Rodoviário do Paraná e de veículos, principalmente esses que aqui se encontram, que nós, deputados da Oposição, da Bancada do povo, estamos ao seu lado, porque não admitimos a forma como a Renault, sem aviso, sem qualquer outra preocupação com aqueles que têm prestação a pagar, aqueles que têm família a sustentar...

Não respeitou o direito humano que vocês adquiriram, não só trabalhando, mas adquiriram moral de serviço que forneceram, dentro do mais qualificado, transportadores de todo o solo do Brasil.

Tenho certeza que de nós, acredito que até desta Mesa Executiva, o amparo para podermos, junto com a Mesa Executiva, auxiliá-los naquelas suas pretensões justas, a si e seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Para registrar a presença do prefeito de Mariluz e o vereador Joãozinho.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado a presença dos ilustres visitantes. Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Mais uma vez nós pudemos observar, ontem, tanto aqui na capital do Estado, mais propriamente no município de São José dos Pinhais, como em Paranaguá dois movimentos de protestos, dois momentos em que a classe trabalhadora do Paraná se vê preterida em favor de grupos internacionais, de grupos que aproveitando a privatização, terceirização, tomam o direito da mão-de-obra do homem paranaense.

Ontem, nós já havíamos feito pronunciamento a respeito da situação do Porto de Paranaguá e, hoje, eu volto a esta tribuna para registrar que, no contrato que fizemos hoje pela manhã, com os representantes dos sindicatos que congregam a Intersindical de Paranaguá, propusemos a eles, em nome deste parlamentar, em nome dos deputados Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti e Marcos Isfer, propondo-lhes que viessem até a Assembléia para, na segunda-feira, utilizar o espaço do Grande Expediente, senhor presidente para mostrar a agonia, o sofrimento que vive hoje a classe portuária, a classe trabalhadora da cidade histórica, da cidade-mãe do Estado do Paraná - que é a cidade de Paranaguá.

Ontem já tivemos a oportunidade de dizer o quanto está influido o não-espaco para a mão-de-obra do trabalhador parnanguara do porto, que ainda é o principal instrumento de trabalho para a cidade de Paranaguá. O Porto de Paranaguá funcionando, funciona a cidade.

O Porto de Paranaguá funcionando mas sem a mão-de-obra local, a cidade deixa de crescer, deixa de produzir e isto foi registrado, inclusive, num levantamento da Associação Comercial de Paranaguá, que mesmo com a safra recorde apresentada o ano passado a economia do município teve um decréscimo de 20%.

Por que aconteceu isso?

Porque não foi utilizada a mão-de-obra, porque a mão-de-obra terceirizada trouxe gente de outro local, que vieram tirar espaco daquele portuário que vive na cidade, que tem a sua família.

Por isso é justo o protesto realizado, ontem pela manhã, pelo Sindicato dos Portuários de Paranaguá.

E por isso é justo que esta Casa também ouça aqui na segunda-feira os apelos que farão os sindicalistas desta intersindical, no sentido de que ache a sensibilidade da Superintendência do Porto, do operador portuário, para que possibilite que a mão-de-obra local seja utilizada em Paranaguá.

Aqui, em São José dos Pinhais, ocorre a mesma coisa. Já falamos, aqui, nesta tribuna, já demos espaco ao

presidente do Sintravec para que pudesse expor aos parlamentares a agonia que vivem, também, os cegonheiros, que hoje voltam a esta Casa pedir, pelo amor de Deus, para que a Renault receba uma comissão de parlamentares para que se faça uma negociação.

Nós acabamos agora, o próprio presidente fez uma ligação para a Renault e estamos aguardando o retorno dela para saber o horário que está programada a ida desta comissão especial, amanhã, até a Renault, provavelmente, às 10 horas da manhã, para tentar uma intermediação e evitar que mais oitenta, cem pais de família, de pessoas que compraram o seu caminhão, que estão pagando esse patrimônio que é altíssimo, e que, de repente, se viram jogados, sem direito ao trabalho, numa empresa para qual, durante muitos anos a Gabardo trabalhou e prestou significativos serviços, comprovados por declarações que recebemos aqui, pela excelência da qualidade que cada um dos senhores que estão aqui, hoje, em número menor que já estiveram em número maior, mas todos têm que correr atrás de um serviço, de algum trabalho autônomo, enquanto aguardam essa decisão.

Por isso, o senhor presidente já fez contato com a direção da Renault e estamos esperando confirmar o horário dessa audiência, amanhã, para que a Renault ou a Cat-Log receba uma Comissão, aqui, da Assembléia, composta por este parlamentar, pelos deputados Ângelo Vanhoni, Divanir Braz Palma, Edson Strapasson e Neivo Beraldin, para que possamos ir até lá discutir e tentar intermediar uma negociação para evitar mais um problema social a essa categoria.

Por último, senhor presidente, quero dizer que há uma denúncia gravíssima, hoje, no Jornal do Estado, onde o integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, advogado Dálzio Zippin, faz uma declaração, mostra uma carta do PCC que são os presidiários que estão na Penitenciária Central do Estado, onde estão prometendo e informando uma lista de pessoas que serão seqüestradas no Estado do Paraná, envolvendo políticos, o juiz da Vara de Execução, o diretor do Sistema Penitenciário, empresários do Paraná, e já possui três chácaras nos arredores de Curitiba para servirem de cativeiro e para que, com isso, possam fazer negociações com os órgãos da Justiça e da Segurança Pública, no sentido da remoção de presos do PCC.

Os deputados federais, pelo menos aqui, na palavra: Dr. Dálzio Zippin, deputado federal da sua Bancada, Florisvaldo Ulfir, Dr. Rosinha, Padre Roque, o juiz da Vara de Execuções Penais, Roberto Massaro, o diretor da Penitenciária Central do Estado, coronel João Creinski Neto, entre outras pessoas cujos nomes não foram aqui mencionados.

É uma situação grave, exige do Governo do Estado medidas urgentes no sentido de evitar que esses fatos venham a acontecer. O Paraná não pode passar, mais uma vez, um recibo de um Estado mal organizado, o que já está ocorrendo na área da Segurança Pública, onde tive-

mos uma seqüência de mortes no município de Almirante Tamandaré; onde a violência cresce assustadoramente todo dia, nesta cidade e nessa região metropolitana, e de repente, temos manchetes mais uma vez, do seqüestro de pessoas aqui desta cidade, para negociações, para transferência de elementos pertencentes ao PCC ao PCT.

Por isso, fica aqui o alerta, senhor presidente e que a Liderança do Governo leve ao secretário da Segurança Pública e à área de Justiça, imediatas providências para evitar que fatos dessa natureza possam vir a acontecer no Estado do Paraná.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Sei que a Polícia do Paraná tem os seus defeitos, mas uma maçã quando é podre, se colocada numa caixa com as demais maçãs, naturalmente ela vai estragar as demais.

Em todas as classes sociais, temos os bons e temos os maus; temos os bons sindicatos, as boas associações, bons médicos, temos esta classe que está presente neste Parlamento, reivindicando seus direitos dentro da Constituição-mãe que é Brasília e da Constituição-filho que é o Estado do Paraná. Mas, vejam bem senhores: passou pelo Paraná a CPI do Narcotráfico. Uma das integrantes, uma deputada da CPI do Narcotráfico, veio aqui no plenarinho, deitou, rolou, agrediu, ofendeu, foi à televisão, aos jornais, que é a grande moralista Laura Carneiro.

A grande moralista Laura Carneiro, do PFL, foi ao plenarinho e dizia que o Paraná era a segunda cidade do Brasil, primeiro, o Rio de Janeiro. Que o Paraná não prestava. Laura Carneiro destilava ódio, ela foi a um canal de televisão, senhores pais e senhoras mães, que estão aqui, disse que tinha filhos de políticos que eram viciados em drogas.

Eu tive um filho viciado. Hoje, ele está salvo, graças a Cristo, trabalhando, me deu mais um neto, um grande profissional.

Ora, as melhores famílias do Brasil, têm os seus problemas. É por isso que odeio o narcotráfico; por isso acho que traficante bom é o traficante morto. Porque o traficante prostitui nossas filhas; o traficante transforma os nossos filhos em cadáveres ambulantes.

Sou contra, radicalmente, contra o crime organizado. Eles deveriam ser fuzilados em praça pública e tinha que ser cobrada a bala, da família.

Agora, a deputada Laura Carneiro veio ao Paraná, veio à televisão, aos jornais, agrediu o meu Estado, xingou: O Paraná é o segundo Rio de Janeiro! Barbarizou o Paraná!

E, ontem, o jornal Nacional, a Rede Record, Folha de São Paulo, todos os jornais do Brasil, desmascararam

a senhora Laura Carneiro: ela é chefe do roubo organizado do INSS no Rio de Janeiro! Primeiro golpe!

A Sra. Laura Carneiro, deputado Irineu Colombo, meu particular amigo, foi denunciada pelos seu irmãos, e por dois funcionários do seu gabinete.

A primeira parcela que foi desviada do Rio de Janeiro, para o “caixa dois” da sua companha para deputada federal, seiscentos mil reais.

E ontem, o ex-marido dela, quer dizer, está tudo parelho: se você separa da tua mulher e tem o “rabo preso” ela te derruba; se você separa do marido e tem o “rabo preso”, ele te derruba. Então, ontem, o ex-marido da senhora Laura Carneiro, a madame que veio ao Paraná dizer que o meu Estado era o segundo Rio de Janeiro, barbarizou, deitou, rolou, agrediu, e ontem o seu marido disse que ela pegou mais um milhão e duzentos mil reais para o “caixinha 2” para a campanha política.

Senhor presidente, só para encerrar. Agora, comecem a cair as máscaras. E se não bastasse, senhores eu assisti na TV Senado, deputado Colombo, e até mandei gravar e posso mandar ao seu gabinete, Ela, de um lado, vejam bem, senhores montando uma Comissão no Senado para reformular o Código Penal Brasileiro, deputado Irineu - ela de um lado e o Moroni Torgam do outro, e aí ela falava: benzinho, vamos tirar a vírgula daqui? Aí o Moroni falava: Ah queridinha, vamos colocar a vírgula no lado de lá.

Eu falei: Mas pombas! Essas são as pessoas que estão fazendo o Código Penal Brasileiro? E ela falava queridinho, que tal a palavra “e” no lado de cá? Isso na TV Senado, gravado e eu tenho a fita. Eu exibo aqui. Era só trocas de: “amorzinho, benzinho, queridinho, benzinho, queridinho”. Eles estão fazendo o nosso Código Penal Brasileiro! E a senhora do PFL, deputado Caíto, veio aqui, barbarizou e um milhão e duzentos o marido entregou no caixa 2. E o irmão dela, agora na CBN acabou de derrubar todo o esquema que ia para deputados do PFL, em Brasília!

Então, eu acho que se uma ofensa vier ao meu Estado, é lógico: tem, defeitos a Polícia?

Vamos corrigi-los. Tem defeitos gravíssimos? Tem! Vamos corrigir. Agora, vir aqui ao Estado, podem perguntar para o Chab, ele leu, ele deu de manhã, inclusive a história do marido, tudo, um milhão e duzentos. Tudo. Agora, vir aqui dar uma de moralista no meu Estado, pelo amor de Deus. O Paraná é um Estado que é exemplo de respeito, de dignidade, como é este parlamento a todo o Brasil.

Fica aqui o meu desabafo! Muito obrigado!

Está na hora de tirar a máscara e lavar a cara!

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente e senhores deputados.

Vejo a presença de V. Exa. deputado Colombo, presidindo esta Casa, como talvez um sinal daquilo que poderá acontecer daqui a pouco, com o companheiro Lula assumindo a presidência da República. Talvez seja por via transversa que estejamos vislumbrando essa possibilidade.

Quero, de maneira simbólica, cumprimentá-lo por estar na presidência, porque na democracia isso é comum acontecer.

Aqueles que estão cansados de governar, porque não souberam governar bem, têm que dar o lugar, daqui a pouco, para outros que venham com novas propostas.

Então, deputado Colombo, apesar de as coisas se apresentarem daqui para frente muito difíceis para os democratas deste país, porque enganadores de todas as matrizes estão falando em democracia, eu espero que possamos alcançar um novo patamar político neste continente, porque senhor presidente, falam, por exemplo, que o Brasil possa vir a se transformar em uma Argentina, querendo dizer que a ascensão de alguém, que não seja tucano à presidência da República levaria o País para essa situação.

Mas, na realidade, deputado Pessuti, lá na Argentina quem fez o estrago foram os tucanos de lá. Eu perguntaria: qual é a diferença entre Menen e Fernando Henrique Cardoso?

Qual dos dois mais destruiu o patrimônio público brasileiro, passando para a mão de gente que não tem compromisso nenhum com o povo brasileiro?

Aliás, vendo os cegonheiros aqui, eu gostaria de fazer uma proposta ao governador Jaime Lerner, ele que gosta tanto de viajar, está fazendo agora a quadragésima oitava viagem para fora, passou lá fora mais de um ano do seu governo. Cegonheiros, imaginaram ele se dirigindo para Córdoba, na Argentina, muito conhecida de todos vocês, indo daqui para lá de caminhão?

Chegando de lá para cá, e depois pegar uma segunda viagem até Vitória, no Espírito Santo?

Talvez aí ele pudesse acordar para o problema do desemprego, porque o desemprego aqui em Curitiba não existe só na grande mídia. Todos os dias eles fazem de tudo para dizer que milhares e milhares de empregos estão sendo criados aqui no Paraná.

Nós temos aí os dados estatísticos mostrando não essas armações que fazem para contrapor o pé de Curitiba com o desemprego que se abate lá no Estado de São Paulo.

Há quanto tempo nós sabemos que a taxa de desemprego neste país está batendo nos 20%, mas aqui se faz uma falsa propaganda! Estavam dizendo ainda ontem, com essa enganação que o governo Lerner está colocando na televisão agora, com atores globais e com alguém como Roberto D’Ávila, que tem uma vida de respeitabilidade, fazendo a propaganda do governo para ver se a palavra do governo consegue ser entendida, se ela consegue ser respeitada pela população. O que dizem eles? Estão falando de coisas que não estão concretizadas, todo

esse dinheiro que o governo diz que aportará aos cofres municipais, quer saber ele, se houver esse aporte, onde aplicar o dinheiro...

E eu estava dizendo, senhor presidente, por que ele não veio consultar o povo do Paraná quando torrou os 80 milhões de dólares dos Jogos Mundiais da Natureza? Por que ele não veio perguntar para o povo do Paraná se deveria jogar cinco milhões no Banestado, depois vender o Banestado por um bilhão e meio?

Eu nunca vi esses governantes que aplicam cinco para receber um e meio. Se fosse no comércio, certamente, diriam que estavam ficando todos loucos.

Mas, senhor presidente, aos cegonheiros eu gostaria de dizer o seguinte: há aqui uma comissão que foi constituída para tratar desse assunto. Eu imagino que ela possa ter e deve ter responsabilidade no encaminhamento dessa situação. Essa assessoria de imprensa da Renault que diz que não foi procurada por ninguém, poderá ser procurada agora mesmo pelos representantes dos cegonheiros e pelos deputados que constituem essa comissão.

Aliás, gostaria de dizer mais uma vez o seguinte, que lá na Renault existe talvez um grande diploma que deram ao presidente da montadora como Cidadão Honorário do Paraná e eu gostaria que ele pudesse, talvez tão longe, talvez já esteja na França, ele pudesse se preocupar um pouquinho com este problema que aflige centenas de cegonheiros e seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Concluído o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados, quero acolher com as boas-vindas os visitantes e dizer àqueles que lutam com a Renault, que nós fazemos parte dessa comissão e vamos até o fim para defender o emprego do povo paranaense. O emprego significa dignidade da família. O emprego significa a solução do problema de insegurança que vive a nossa população e não há de ser o povo paranaense a merecer um descaso por parte de uma empresa que recebeu todos os incentivos, que inclusive desviou o rio, o Rio Pequeno de São José dos Pinhais, que o governo comprou terras a três reais o metro quadrado e depois a trinta, quarenta o metro quadrado, que o governo gastou em terraplanagem, dez vezes mais do que valia.

Então, é mais do que justa a nossa luta ao lado dos cegonheiros, para que eles tenham reconquistado o direito de trabalhar e de servir à nossa gente.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, me inscrevi hoje para falar sobre outros temas, tendo em vista que a Assembléia Legislativa aprovou ontem em primeira discussão a autorização para renegociação dos títulos de Alagoas. Eu pedi à minha assessoria que fizesse uma consideração sobre este assunto e pediria ao primeiro secretário, mais uma vez para que determinasse ao

som e que nos desse retorno porque nós não ouvimos o que falamos aqui.

Fundamentos para a rejeição da proposta do governo do Paraná para aceitar o acordo para substituição dos títulos imobiliários de Alagoas, a não renegociação da dívida imobiliária do Estado de Alagoas está sendo fato impeditivo para o Estado, para o seu refinanciamento junto à União de sua dívida imobiliária.

Então, eu quero dizer. O Estado de Alagoas está precisando desta nossa autorização legislativa exatamente para autorizar o governo do Paraná a vender por menos os títulos que comprou de Alagoas, a fim de que possamos então liberar o Estado de Alagoas para o refinanciamento da dívida imobiliária, visto que o Paraná já fez o seu refinanciamento em 98, e nós aqui, que não compramos os títulos de Alagoas, que foi o Banestado quem comprou e já recebeu uma autorização legislativa para tal. Agora, quer que a Assembléia do Paraná autorize o governo vender por menos 105 milhões, e para receber, possivelmente, em 10 anos. O governo quer liberar essas ações que estão caucionadas, para fazer outro dinheiro com as ações da Copel. É um governo de negociata!

Toda a hora em todo o momento o Estado do Paraná se vê na seguinte situação: são os cabritos cuidando da horta do povo. Esta é a situação em que estamos envolvidos hoje, sendo um elemento importante de pressão, para que o Estado de Alagoas cumpra totalmente o compromisso assumido, junto ao Paraná, ao resgatar nos vencimentos a sua dívida mobiliária.

Senhor presidente e senhores deputados, eu não vou ler por inteiro, mas quero lembrar à Casa que o governo do Paraná, já autorizado pela Lei nº 12201, de 19.12.97, no seu artigo 2º, parágrafo 3º. O Poder Executivo autorizará os recursos provenientes da alienação do controle acionário do Banestado S/A, bem como os oriundos de recebimento e ativos, para amortização de dívidas e financiamentos obtidos junto ao governo federal, nos termos do artigo 4º, inciso 1º, da linha D, da Medida Provisória, (?)... de 14.05.98." É mais um motivo para que o governo assuma as consequências desse desastre, que teve como causa o saneamento e a privatização do Banestado. Ou, então contar novamente com a sua turma de choque, para continuar ferindo de morte as finanças do povo do Paraná.

Senhor presidente, torna-se até certo ponto repetitivo subirmos à tribuna, com estudos elaborados e, sobretudo, para constataremos a situação do governo do Paraná. Tema de discussão sobre a consulta popular do governo, para orientar a aplicação dos 900 milhões do ICMS. Chega às raias do ridículo essa posição que se vê no Estado do Paraná. Um governo que diz ter 900 milhões para aplicar, que possivelmente vai receber daqui a alguns anos esses 900 milhões, mas que não explica, por exemplo, a questão do Fundef - Ensino Fundamental, retendo no decorrer do ano de 2001, o valor superior a 120 milhões. O governo declara na sua prestação de con-

tas que reteve e que não cumpriu a Lei nº 9424/96, em 2001, 120 milhões do ensino fundamental!

Os prefeitos dos municípios pequenos estão todos apavorados, porque têm que cumprir com todo rigor, não podendo desviar um tostão. O governo do Paraná não tem conta para administrar o dinheiro do Fundef e ainda declara que deve, em 2001, 120 milhões ao Fundef! Não esclarece à população do Paraná, aonde vem aplicando à educação, índice menor obrigatório, pela lei. O governo do Paraná não esclarece por que não aplicou no Fundo de Saúde em 2001, 300 milhões de reais aprovados por esta Casa, 332 milhões de reais aprovados por esta Casa, 332 milhões de reais para o Fundo de saúde; o Governo resgatou 328 milhões de reais, portanto, aplicando na atividade-fim menos de 2% do que estava orçado!

Não esclarece à população que já interferiu na gestão dos próximos governos com 1 bilhão e 700 milhões, antecipando os royalties de Itaipu até 2020. Não esclarece à população assinatura do contrato de confissão e a sanção e consolidação e refinanciamento da dívida com a União, que através de metas limita os investimentos anuais do Paraná em percentual das receitas líquidas, portanto, o governo federal já estabeleceu conforme concordância do governo estadual, limite na administração do Estado. Nós estamos sob intervenção do governo federal desde 98.

Nobres deputados, será que o governo acha que engana novamente a população ao chamar a anistia fiscal da poupança?

Na verdade, senhores deputados, por que é que o governo não explica 2 bilhões e 800 milhões de prejuízos, só em 98, no Banco do Estado do Paraná? Por que o líder do Governo não me contesta, que mostrarei a ele todos os documentos oficiais, tanto da secretaria da Fazenda quanto do Tribunal de Contas, quanto do Banco Central? Por que aplicou mais de 5 milhões para sanear o Banco e vendeu por um e seiscentos, e depois entregou para o Banco Itaú em torno de 8 a 9 bilhões que é a receita do Estado, anual, para que o Banco Itaú explore com exclusividade por 5 anos?

Senhor presidente, senhores deputados, por que é que o Governo do Paraná não explica que vendeu 39% das ações da Sanepar, e por coincidência encontraram na Bolsa de Valores do Paraná, a empreiteira Andrade Gutierrez, o Banco Fortunity, a Vivandi e parte do patrimônio da Copel, e esse grupo minoritário recebeu de presente o comando da empresa, porque mudaram o seu estatuto e deram minoritário o mando da empresa?

Como pode o governo contrair empréstimo do banco japonês, do Paranasam, e entregar a um grupo minoritário a administração de 400 milhões de dólares?

Como pode o governo permitir que na Ata da reunião do mês de maio, o grupo minoritário já possa retirar a lucratividade da Sanepar, que no ano passado foi de 150 milhões de Reais?

Como nós podemos permitir que o governo atual venda ações preferenciais que dão direito à lucratividade

da empresa para esse mesmo grupo privado, com uma vantagem que as ações preferenciais terão no mínimo 10% de lucratividade a mais do que as ações ordinárias que pertencem à mesma empresa?

Senhor presidente, senhores deputados, todo dia é dia de relembrarmos à nossa população a nossa história.

Pois bem. Em 140 anos de história deste Paraná, nós conseguimos uma dívida de 1 bilhão e 400; em 7 anos do governo Lerner, elevou-se essa dívida em 10 vezes, porque temos uma dívida consolidada e portanto assumida pelo governo estadual e federal de mais de 8 bilhões de reais, e temos um passivo a pagar que são de precatórios alimentícios e outros, que temos mais de setenta ações da Justiça Federal, tramitando onde vão determinar a intervenção do Estado por não pagamento, pois pagamos apenas, nesses dois governos, 1,27% de todos os precatórios devidos!

Agora, é muita “cara de pau” chegar e falar que nós temos uma poupança de 900 milhões de reais, se temos mais de 4 bilhões de dívida flutuante. Portanto, na boca do caixa, ou represada na tesouraria, ano a ano.

Senhor presidente, sinceramente, eu gostaria de pedir aos senhores deputados que dão sustentação ao governo mais uma autorização de empréstimo, cem milhões de dólares para reconstruir cinemas no interior do Paraná, para dar 20 milhões de dólares à Sanepar para que invista nos pequenos municípios e eu perguntei ao secretário: “Quais municípios”, (desses que estão com o projeto da Ordem do Dia) mas não viram quais os municípios que receberão. Ele não disse quanto vai gastar no metro quadrado para reconstruir o cinema de Castro, da Lapa e outros municípios do Paraná, porque é o dinheiro da vergonha! Assinam convênios com prefeitos, de um milhão e meio, onde um cinema reconstituído ou novo não custa além de 200 mil reais! É o famoso caixa 2 que vai sustentar, talvez na urna aqueles que dão sustentação a este governo que entristece, dilapida e envergonha a população do Paraná.

Senhores deputados não há preço maior a pagar senão o preço da vergonha. Nossos filhos haverão de rever a História do Paraná, nossos filhos haverão de ver as notas taquigráficas desse período legislativo e do Executivo do Paraná, e haverão de ver o comportamento do seu pai, do seu tio ou do seu parente, pois se há um lugar sagrado é este desta cadeira, porque esta cadeira é a voz, é o pensamento, é a decência, é a dignidade e a esperança do povo. O Legislativo tem essa função, função de legislar, função de fiscalizar, função de dignificar o seu povo! Não podemos permitir que o orçamento seja aprovado e não cumprido, mas temos que aceitar, temos que engolir, porque estamos aqui em minoria! O povo não elege deputado para vir aqui ser deputado do governador; elege deputado para que ele seja deputado do povo!

Olhem, é nossa função aprovar o Orçamento, fiscalizar o Orçamento, analisar as contas e temos para isso um órgão auxiliar chamado Tribunal de Contas. Lá tem bons técnicos, porém, tem Conselheiros que precisamos

aposentar. Precisamos aposentar os conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná, a bem do serviço público.

Olhem, com 500 milhões de publicidade e propaganda tentam pintar as coisas boas mas a população está com dificuldade. Há gente passando fome! A questão da segurança pública é gravíssima; a questão da saúde e do emprego é gravíssima! Quinhentos milhões de reais de publicidade e propaganda, dariam para dar a todos aqueles que não têm casa neste Estado!

Olhem, representa 2,24% da Receita Bruta do Estado, enquanto que o Estado de São Paulo gastou 0,60 da sua Receita e enquanto a Bahia, que é um Estado que gasta com publicidade, gastou 0,52% e o Paraná se aproxima de 2,50%.

Será que esse dinheiro foi para a imprensa do Paraná? Esse dinheiro, senhores deputados e senhores visitantes, esta Casa aprovou um requerimento de minha autoria em 19 de junho do ano passado, onde pergunto onde foi aplicado esse dinheiro, porque ele foi remetido para quatro agências de publicidade. Esta Casa aprovou o requerimento e ele não responde onde e como aplicou e esta casa está deixando de tomar uma atitude mais firme, exigindo que se cumpra o que foi aprovado por este Parlamento.

Concedo aparte ao deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Neivo quero cumprimentá-lo, porque neste pronunciamento que faz procura demonstrar a função que deve ter e exercer o parlamentar neste plenário e eu até entendo, apesar de respeitar a posição individual de cada um dos senhores parlamentares, até entendo que algumas coisas que estão acontecendo ou deixando de acontecer no governo do Estado do Paraná, tem sim, em parte, uma parcela de culpa desta Assembléia Legislativa.

Veja V. Exa. o governador mandou um comunicado que já viajou para o exterior, fruto de uma decisão desta Assembléia que o autorizou a viajar quantas vezes quisesse, bastando apenas que comunicasse a esta Casa de que estava viajando! Agora, o pior dessa viagem, e eu nem quero analisar se são 48 vezes, o que ele vai fazer lá, se vai passear ou não, mas o pior dessa viagem é que se anuncia que o governador viajou para assinar contratos de empréstimos que sequer foram autorizados pela Assembléia e um deles, aquele de cem milhões de dólares, já objeto de vinda do secretário Roberto Santoro a esta Casa, é um pedido de empréstimo que suscitou polêmica neste Plenário. Vejo que esta Assembléia precisa olhar com mais carinho nesse campo da responsabilidade que temos, enquanto do fiscais governo do Estado no exercício do nosso mandato.

V. Exa. traz à discussão hoje, uma série de assuntos que foram levantados, discutidos à exaustão neste plenário, mas que não encontrou eco nem aqui na Assembléia e nem no Palácio Iguaçu!

Nós denunciemos a compra dessas ações e disse-ram que estávamos contra o Paraná. Nós denunciemos a

venda do Banestado do jeito que estava acontecendo; diziam que nós éramos contra os interesses do Paraná! Nós denunciemos a venda da Ferroeste, da Copel, a venda da Sanepar, que me parece o governador vai a Nova York, a Washington, de novo, para tentar vender ações da Sanepar. Sempre estamos denunciando aqui, sempre relatando, sempre trazendo ao conhecimento da população aquilo que entendemos de errado.

E agora está se configurando, mais uma vez, no caso das letras do Tesouro alagoano, o prejuízo para o Estado do Paraná que já estava com estes títulos podres na mão, e agora para receber alguma coisa tem que perder a bagatela de 105 milhões de reais!

Tudo isso foi denunciado e por isso eu somo-me a V. Exa., cumprimento V. Exa. por mais uma vez trazer à discussão, porque esta realmente é a função do parlamentar, mesmo que alguns não gostem de ouvir, mesmo que se coloquem contrários em V. Exa. ocupar a tribuna. Quero concordar com os termos do seu pronunciamento porque ele resgata, realmente, por inteiro, a função do parlamentar, nesta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço a manifestação do ilustre deputado Orlando Pessuti, por quem tenho profundo respeito e admiração como parlamentar, ativo, competente.

Quero dizer aos deputados que, em 1995, o Paraná possuía 85% do valor da Copel, do patrimônio da Copel, 85% era nosso, era do povo. Pois bem, o governo Lerner vendeu 111 bilhões de ações e arrecadou, no mínimo, 2 bilhões e 200 milhões de reais. Pasmem os senhores! Foi dado baixa no ativo da Copel, mas não há declaração, em nenhum documento, onde ele aplicou os 2 milhões e pouco, e hoje temos 31% do valor patrimonial da Copel. Se alguém tem dúvida, busque o balanço da Copel, em 95! Está lá! Busque o balanço da Copel de hoje; está lá! Efetivamente chegamos a uma situação bastante incrível!

Concedo o aparte ao ilustre deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Neivo Beraldin, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. V. Exa. tem demonstrado profundo conhecimento, não somente da situação financeira, por que passa o Estado do Paraná, mas em todos os assuntos que V. Exa. se pronuncia quando ocupa a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; enriquece esta Casa, com certeza.

Mas V. Exa. falava da forma como o governo tem empregado os recursos públicos e eu, como presidente da Comissão de Orçamento, tenho acompanhado também. Só para lembrar aos senhores deputados, quando V. Exa. falava do gasto feito nos últimos anos, com publicidade, 500 milhões de reais. Eu sou engenheiro civil; rapidamente fiz uma conta. Isso aí daria para construir 100.000 casas populares, ao valor de R\$5.000,00, que é o que a Cohapar tem repassado nos convênios com as prefeituras,

100.000 casas populares! Acabaríamos com o déficit habitacional, no Estado do Paraná se o dinheiro fosse empregado neste setor! Se fosse empregado na agricultura, então, deputado Neivo Beraldin, teríamos condição de gerar 500 vezes mais empregos do que gerou, por exemplo, a Renault, quando se instalou aqui em São José dos Pinhais!

V. Exa. deve lembrar quando também esteve aqui o secretário do Desenvolvimento Urbano, há dias atrás, e ele dizia que estariam sendo gastos, se não me engano, 20 milhões de dólares em reformas de cinemas! Como também V. Exa. lembrou muito bem que o governo já gastou 53% das ações da Copel que tinha e quando V. Exa. fala em dois bilhões de reais, se nós fizermos uma retrospectiva para o ano que foi aprovado, em 95, 96, isso seria, em valores de hoje, em torno de 4 bilhões de reais! O dólar naquela época estava 1,20, 1,30. Então, foi 4 bilhões que o governo gastou e que não sabemos onde foi o dinheiro.

Em contrapartida, deputado Neivo, o governo diz que não pode implantar o Plano de Cargos e Salários dos Professores, reajuste salarial para o funcionalismo; há sete anos que o funcionalismo não tem reajuste salarial! Não pode fornecer o abono de 100 reais para os funcionários aposentados! O programa do leite na nossa região, que nós precisávamos, custaria 30 milhões de reais, até hoje o governo diz que não tem condições financeiras. E além disso, não tem recursos para contrapartida do “Paraná Doze Meses”, um dos melhores programas do Governo do Estado, que atende principalmente o pequeno produtor rural.

Então, na verdade V. Exa. tem toda razão. Devemos exercer o que de mais sagrado o povo nos delegou, que é fiscalizar o Executivo. Não estamos aqui para bajular governador nenhum, para agradar secretário nenhum, mas também precisa, deputado Neivo, que haja consciência por parte da população, porque de repente V. Exa. perde muito do seu tempo estudando, sua equipe de trabalho também lhe dando números, lhe assessorando, e o deputado que vai lá para o interior, que de repente leva uma viatura velha da Polícia Militar, tem muito mais mérito junto à população do que o deputado que está aqui trabalhando e fiscalizando.

Acho que essa conscientização por parte da população também é necessário que haja. E acredito que haverá, sim, nessa eleição. Acho que essa eleição vai ser da ética e que as pessoas vão procurar realmente separar o “joio do trigo”. Essa é a minha esperança e a minha expectativa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço as palavras do deputado Cezar Silvestri.
(Tumulto no Plenário)

Deputado, hoje tenho conhecimento de quem são os conselheiros do Fundef. Inclusive um de Cascavel foi vetado pelo governo do Estado. E a outros estou me relacionando com proximidade agora. E inclusive, tenho dois

assessores viajando pelo interior do Paraná, para constatar com os próprios olhos as escolas fechadas, as consequências e a tristeza que trouxe para a Educação, esse governo.

A questão do Fundef - e aqui imploro ao Ministério Público Federal e Estadual, aqui conclamo a Polícia Federal e ao Ministério da Educação, para que nos ajudem a desvendar a situação da não aplicação do ensino fundamental, porque ele, deputado Silvestri, é fundamental, para que se aprimore e se evolua a exigência da nossa população do Paraná, a nossa massa crítica que vai eleger. E não há outro sistema melhor no mundo do que o voto. Agora, precisamos levar à nossa população a possibilidade da informação, do conhecimento, da tecnologia, da estrutura governamental, para preparar o cidadão de hoje e do amanhã, quando o governo não cumpre a Lei Federal 9424/96, que determina o dinheiro repassado digno e sagrado para a Educação.

O que dizer desse governo? É desafio o governo do Estado a me dizer que aplicou o dinheiro! Gostaria de saber! Por que é que o governo diz que gasta “x” em água, “x” em aluguel, que diz que mandou 135 milhões para os municípios? Queria saber quais municípios.

Peço um pouco de educação porque estou na tribuna e se V. Exa. conhecer o Regimento Interno saberá que não poderá fazer este tipo de intervenção.

V. Exa. não merece o meu aparte, não ganhará concessão do meu aparte, porque V. Exa. é vice-líder deste governo que massacrou a história e a dignidade deste Parlamento, do Paraná e do Brasil!

Não lhe darei aparte, em nome dos visitantes, que não merecem!

E não permito que se faça o que o nosso nobre deputado Traiano está fazendo. Ele não pode exigir aparte, porque eu não lhe darei, porque não acho que ele possa contribuir, porque se quisesse teria ajudado e não vender a Copel.

V. Exa., se merecesse o meu aparte, teria que ser um voto da verdade, não um voto da vergonha!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PSDB, Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, não vou nem usar a tribuna. Quero aqui fazer algumas considerações em relação ao pronunciamento do deputado Neivo.

Lamentavelmente, o deputado Neivo não permitiu o aparte, quando é comum nesta Casa apartes aos parlamentares, porque é importante que aqueles que aqui estão possam testemunhar que o deputado Neivo não foi democrático.

Abriu espaço para alguns parlamentares da Oposição, e em contrapartida, não quis estabelecer o contradi-

tório entre aquilo que estava afirmado na tribuna e o que deputados da Situação poderiam colocar como contraponto do seu discurso, mas quero dizer a esta Casa, aos nossos visitantes que, lamentavelmente, alguns têm memória curta.

Permitam-me dizer, sem querer ofender, sem querer magoar, machucar o deputado Neivo, mas até um ano, dois anos atrás, o deputado Neivo era deputado do Governo, conosco.

V. Exa. não se insurgiu contra o governo, quando ele fez a transação dos títulos de Alagoas e naquela oportunidade, como deputado que apoiava o Jaime Lerner, tinha o dever de insurgir contra.

Ora, agora vem com discurso fácil, porque está na Oposição!

Respeito a Oposição, aqueles que desde o primeiro momento foram oposição ao Governo Jaime Lerner, mas V. Exa. não, deputado Neivo, não posso permitir isso!

V. Exa. ataca os deputados que votaram pela Copel. Assumo a minha responsabilidade, porque nunca fugi da raia, deputado Neivo, mas V. Exa., em muitas oportunidades...

(Manifestação nas galerias)

Senhor presidente, com todo respeito que tenho pela platéia, gostaria de dizer mais uma vez, assumo a minha responsabilidade com relação à Copel, mas o deputado Neivo, aqui nesta Casa, também aprovou moções para a venda de ações da Copel, quando era deputado do governo.

Apenas essas duas lembranças que eu gostaria de fazer, até para salvaguardar os senhores parlamentares que têm posição clara, aqui, nesta Casa.

O deputado Neivo Beraldin, é importante que se lembre também, e a platéia saiba, pois jogar para tribuna é muito fácil, é autor da Lei das Concessões que permite dar concessões no Estado às empresas de iniciativa privada. Portanto, não vem com esse discurso barato, que serve apenas para agradar aqueles que estão na platéia!

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, completo neste ano, vinte anos de mandato popular; já fui vereador de Curitiba e quatro vezes deputado estadual.

Quando o governo é recém-eleito, não é justo nos primeiros meses que se faça uma oposição raivosa, mas é de nossa obrigação constatar e verificar todos os indícios de irregularidade do Governo. Até hoje, algumas matérias tenho votado com o Governo. Por que não?

V. Exa. não tem o direito de me chamar de incompetente!

Essa questão de dizer que voto uma matéria com o governo...

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, o deputado Neivo Beraldin fez uso da tribuna no Grande Expediente, e fez um belo pronunciamento, apesar de ter sido agressivo no discurso, mas ele está novamente dando encaminhamento à mesma questão, não cabe a Questão de Ordem, senhor presidente!

É só essa a colocação, e gostaria que V. Exa. tomasse uma decisão sobre a minha questão de ordem.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Vou encerrar dizendo o seguinte: deputado Traiano, V. Exa. traga-me um comprovante que eu tenha votado nas matérias que V. Exa. disse aqui!

V. Exa. está desafiado, publicamente, a me trazer a Ata de votação!

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Procede a questão de ordem levantada pelo deputado Valdir Rossoni e...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, gostaria de requerer o Horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Do PT já passou, deputado Ângelo Vanhoni, mas tem o Horário da Liderança das Oposições, que V. Exa. pode usar.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

No Horário das Lideranças, consulto o PPS se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Parece-me que ouvimos hoje nesta Casa, uma discussão sobre o que podemos e não podemos discutir.

Ora, parece-me muito mais justo que alguém que em determinado momento tenha confiado, como o povo do Paraná confiou ao eleger o governador e depois tenha percebido que os caminhos que esperava que fossem adotados não estavam sendo adotados, e a partir daí, tenha tomado as suas posições.

Não posso, em hipótese alguma, aceitar o tipo de discurso que fala: "se você ontem foi a favor, hoje não pode ser contra". Somos contra, sim, eu, meu companheiro Cezar Silvestri, outros companheiros aqui, que apoiaram o governador, e hoje estamos contra.

E por que estamos contra?

Ainda hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, perguntávamos: “cadê” o Plano de Cargos e Salários anunciado em todos os jornais, falado e discutido? Não deu entrada nesta Casa! “Cadê” os dados para que possamos discutir a realidade da audiência pública do quadrimestre? Chegaram ontem para uma reunião que acontecerá amanhã. Isso não é audiência pública, vira muito mais uma palestra do que audiência pública!

“Cadê” o respeito, que foi prometido durante a campanha política, com o servidor público, com os professores, com as escolas? Não acontece!

“Cadê” a promessa do governador?

Está aqui o deputado Tony Garcia que cobrava, num comercial de televisão, o que havia acontecido com o governador, porque ele havia dito que jamais venderia a Copel, só se ficasse louco.

Infelizmente, esqueceu as suas promessas.

Mas nós não esquecemos! Não esquecemos do que lemos na imprensa, e infelizmente, não vem para esta Casa.

Não esquecemos que após a CPI do Narcotráfico, foi dito neste Estado, que não haveria mais problema na área da Segurança. E só vemos problema na área da Segurança!

Então, são promessas e mais promessas esquecidas.

V. Exa. me perdoe, deputado Neivo, mas gostaria de chegar ao final do meu pronunciamento, porque são as promessas que acontecem e não ocorrem.

Amanhã, extingue-se o IPE. Algo que ficou dito, teríamos algum tipo de solução.

A solução que nós vimos, é que um hospital da Capital, por sorte, acabou absorvendo a saúde desses servidores. E digo por sorte, porque esse hospital está fazendo muito além daquilo que inclusive aquele “convenhinho” fala.

Ora, minha gente! Não é isso que nós esperávamos! Não é isso que nós desejávamos para o Estado do Paraná. Não é isso que nós queremos.

Nós queremos transparência na aplicação dos recursos públicos!

Quando se fala no dinheiro gasto, é porque queremos saber desse dinheiro gasto!

Ainda hoje, em um jornal da Capital, um deputado da Situação, ex-secretário dos Transportes, pergunta, o que é que se passa que não são pagos os contratos que o DER está fazendo, está contratando?

Não somos nem nós da Oposição que estamos perguntando, é alguém do próprio governo que vem perguntar!

Ora, senhores! Sabemos que a cada dia um novo desmando acontece; sabemos que a cada dia um novo problema ocorre; e querem que nos calemos? Que fiquemos quietos? Apenas porque apoiamos?

Não, deputado Traiano! Desculpe-me! No momento que apoiamos, acreditávamos no que era dito.

Hoje, infelizmente, não merece mais crédito, porque todas as palavras ditas foram jogadas ao vento e perdidas ao longo desses três últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário da Liderança das Oposições. Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero manifestar a minha opinião sobre uma matéria que vamos apreciar aqui no Plenário da Assembleia. Logo ao término desta Sessão ordinária, haverá uma Sessão Extraordinária aonde iremos apreciar alguns vetos.

A minha manifestação é a manifestação do meu Partido, o PT, no entendimento em relação aos funcionários públicos do Estado do Paraná. Temos acompanhado a evolução do quadro difícil por que passa o funcionalismo do nosso Estado.

Temos aqui lutado, laborado, para que o governo corrija as distorções. Há quase sete anos o funcionalismo do Estado do Paraná não tem reajuste dos seus salários, trazendo dificuldades enormes para a vida de cada um dos funcionários.

Nesses últimos dois meses, o governo tratou de proceder abonos salariais para algumas categorias do Estado do Paraná.

Há demandas reprimidas enormes no seio do funcionalismo e hoje vamos apreciar um veto que diz respeito a um outro Poder do Estado do Paraná e da República, que é o Ministério Público do Estado do Paraná.

A exemplo do Tribunal de Justiça, funcionários do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, de alguma forma, algum procedimento do ponto de vista de reajuste, mesmo que parcial, aconteceu nesses Poderes.

O projeto que tramita nesta Casa, que foi vetado pelo governador do Estado, não tem problema de constitucionalidade nenhum, pelo que a nossa assessoria jurídica nos informa.

A argumentação do Governo do Estado, não é cabível.

Então, nesse sentido, e levando em conta as dificuldades que passam os funcionários públicos do Estado do Paraná, sobretudo nesses, em objeto em pauta, quero dizer que a bancada do PT vai votar favoravelmente à derrubada do veto do governador do Estado, por entender que assim procedendo, vamos estar, no mínimo, fazendo um pouco mais de justiça aos familiares e aos funcionários do Ministério Público, que estão há sete anos sem reajuste salarial.

Peço, senhor presidente, a compreensão da bancada, dos meus colegas deputados que são a base política de apoio ao governador do Estado. Quero dizer que estudei a matéria, e do ponto de vista econômico, não há nenhum óbice nem da Lei de Responsabilidade Fiscal e

muito menos de impacto que possa prejudicar o equilíbrio financeiro do Estado do Paraná. A repercussão deste pequeno reajuste, que consigamos ao derrubar o veto, não vai implicar em duzentos mil reais/mês na folha do Ministério Público do Estado do Paraná e nem do Poder Executivo. O Governo do Estado tem todas as condições para proceder, do ponto de vista financeiro, tal reajuste.

Então, peço apoio dos deputados da base que dão sustentação ao governo, porque outros Poderes, sem que passasse pela Assembléia Legislativa, já o fizeram, já garantiram um reajuste mínimo para os seus funcionários, sem sequer consultar os deputados da Assembléia Legislativa. Acho que em uma atitude correta do Ministério Público, de entender que este tipo de matéria tinha que passar pelo Poder Legislativo, assim foi feito, foi aprovado por unanimidade da Assembléia Legislativa e que eu acredito que por um equívoco por parte da assessoria jurídica do Poder Executivo, venha de volta ao Poder Legislativo com o veto apensado.

Peço mais uma vez aos meus companheiros da Assembléia que possamos corrigir essa injustiça, votando favoravelmente à derrubada do veto.

Tenho mais um assunto que eu gostaria de chamar a atenção dos senhores deputados e da Mesa Executiva, sobretudo do presidente Hermas Brandão.

Tomei conhecimento hoje, pela rádio CBN, de que agora a tarde está havendo uma reunião do Ministério da Justiça, esse senhor é um advogado brilhante, Miguel Realle, que assumiu o Ministério da Justiça agora, recentemente. Ele convocou os secretários da Justiça de todo o Brasil para estarem lá presentes e, nessa reunião, alguns assuntos importantes a várias unidades da Federação serão tratados, e entre eles, o Paraná.

Fui surpreendido pela notícia no rádio, que está confirmada também em alguns veículos da imprensa escrita do Estado do Paraná, há uma organização criminosa, tanto dentro quanto fora dos presídios do nosso País. As organizações criminosas nos presídios, vulgarmente são chamadas aí, uma delas e mais forte, de PCC. Esta organização teria, em depoimentos, em investigação comprovada do Ministério da Justiça, ter uma lista de empresários e autoridades, sobretudo do campo judiciário e do Poder Legislativo, que estariam sob ameaça de poderem ser seqüestrados e até, com ameaça de morte, serem executados por criminosos. No Estado do Paraná estão ameaçados, segundo o relato de um informante de uma carta do PCC: o deputado federal do meu Partido, da Bancada do PT no Congresso Nacional, Florisvaldo Fier, conhecido como Doutor Rosinha, que já foi deputado estadual e tem base política aqui na cidade de Curitiba; o deputado federal, hoje candidato a governador do Estado do Paraná, o padre Roque Zimmermann, o juiz da Vara de Execuções Penais, Roberto Massaro; o diretor da Penitenciária Central do Estado, o coronel João Kreisc (?) Neto e algumas outras autoridades e alguns empresários que não foram divulgados os nomes, que seriam pas-

síveis de serem seqüestrados para obtenção de recursos financeiros.

A solicitação que faço ao presidente da Casa, porque se trata de membros do meu Partido, é de que V. Exa. convide o secretário da Justiça e o secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, para que compareçam à Assembléia Legislativa e dêem maiores informações sobre a possibilidade do risco de vida dessas pessoas aqui nominadas e de outras que, porventura, a Secretaria de Justiça ou o setor de inteligência da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil, tenham conhecimento. Gostaria de ter essas informações, porque são do meu interesse e do meu Partido.

Gostaria de requerer, se o Estado do Paraná não proceder segurança ao padre Roque e ao deputado Florisvaldo Fier, nós assim o faremos em Brasília junto à Polícia Federal.

Então, gostaria que a Assembléia Legislativa, os secretários são daqui do Estado do Paraná, as informações são daqui do Estado do Paraná, a segurança, porque são cidadãos paranaenses, compete ao nosso Estado. Gostaríamos de obter essas informações, porque somos movidos, porque sabemos do risco que as pessoas correm. No mês passado um advogado do Espírito Santo foi assassinado pelo crime organizado, barbaramente, com cinco tiros. Era assistente de acusação junto aos promotores do Espírito Santo, e hoje está sendo feito um pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

Então, gostaríamos, se V. Exa. assim conceder, nem o pedido de requerimento formal eu faria, apenas verbal, para que V. Exa., entendendo a gravidade e os motivos pelos quais nós queremos essas informações, gostaria que a Mesa Executiva nos ajudasse nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faremos o convite ao senhor secretário da Segurança, e ao secretário da Justiça para que venham à Assembléia ainda amanhã, para prestarem essas informações a V. Exa. e aos demais deputados que tiverem interesse nessas informações. Vamos ainda entrar em contato hoje, para marcar a hora amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

A sugestão do deputado Algaci Tulio é procedente. O advogado Dálio Zippin, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que está representando também nessa reunião junto ao Ministério da Justiça, porque ele também tem acompanhado, seria bom que também estivesse presente, porque tem informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer o convite também ao advogado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício/CTL/SEEG nº 224/2002, subscrito pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, comunicando que se afastará do País, com destino aos Estados Unidos, no período compreendido entre 28 do corrente e 03 de junho próximo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 015/02-GVG, subscrito pela vice-governadora, constante do expediente, comunicando que se afastará do País, com destino ao Chile, a fim de, atendendo missão especial a si atribuída pelo governador do Estado, participar de eventos e reuniões de trabalho com empresários chilenos que têm investimentos no Paraná, para cujos objetivos seu afastamento abrangerá o período compreendido entre 28 do corrente e 03 de junho próximo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pesuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Eli Ghelleire, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1473, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero comunicar aos membros da Comissão Especial que trata da questão dos caminhoneiros com a Renault, que a audiência está marcada para amanhã às 10 horas, lá na Renault, em São José dos Pinhais.

Por isso, convido os deputados Ângelo Vanhoni, Neivo Beraldin, Divanir Braz Palma, Edson Strapasson e Fernando Ribas Carli, para que amanhã, às 10 horas nos encontremos ou sairemos juntos daqui ou nos encontraremos lá no prédio administrativo da Renault, em São José dos Pinhais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 1465, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 324 e 284/2002, itens 17 e 21 da pauta da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e oito senhores parlamentares.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove senhores parlamentares.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 1440, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Ademir Traiano, Carlos Simões e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a quebra de interstício e transformação da Sessão Plenária do dia 28 próximo em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 324 e 284/2002. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (**Questão de Ordem**)

A matéria é regulamentada pelo artigo 107 do Regimento Interno.

O artigo 107 do Regimento Interno, e é esta a questão de ordem que coloco a V. Exa., diz que a Sessão Plenária da Assembléia Legislativa será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes ou por um terço dos membros da Assembléia.

Como se pode notar, o requerimento não supre nenhum dos requisitos contidos no “caput” do referido artigo, senhor presidente. O primeiro parágrafo por proposta conjunta de líderes, subentende-se a totalidade de líderes partidários e não apenas seis assinaturas, como consta do requerimento.

O segundo item, um terço dos membros da Assembleia correspondem a dezoito assinaturas. Convém ressaltar que o requerimento foi firmado e eu tenho cópia dele em minhas mãos, repassado ontem pela Mesa, por apenas oito deputados. Não bastassem as irregularidades apontadas, cabe verificar que o parágrafo 2º do artigo 107 prescreve ainda que o requerimento será submetido à discussão e votação, decorridas 24 horas de sua apresentação, e deverá conter objeto, dia e hora da reunião.

Verifica-se que o autor limitou-se a requerer a transformação da Sessão Plenária do dia 28 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 324 e 284, não especificando, portanto, o horário da Sessão, o que vale dizer que a transformação proposta poderá ocorrer tanto na Sessão Ordinária quanto na Sessão Extraordinária.

Desta forma, senhor presidente, solicito a V. Exa. que devolva o requerimento ao proponente para que os vícios de origem sejam sanados.

Esta é a questão de ordem.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é claro que V. Exa. deverá decidir a Questão de Ordem levantada pelo nobre deputado Nereu Moura, que, aliás, coloca com brilhantismo.

Entretanto, não obstante a posição contrária e diferente deste deputado, trata-se de uma questão, talvez, de hermenêutica, porque, quando se fala em conjunto de líderes, eu não sei o que poderia representar esse tal conjunto de líderes que, aliás, está posto na maioria.

Assinaram o requerimento os deputados: Plauto Miró, líder do PFL; Carlos Simões, líder do PTB; Traiano, líder do PSDB; Fernando Guimarães, líder do PSC; Luiz Carlos Martins, líder do PSL; Seleme, vice-líder do PPB; Durval Amaral, líder do governo. Apreendi, inclusive, em aritmética, que sempre quando se tem mais do que dois, se tem um conjunto. Lembram-se quando fazíamos aquelas comparações - é claro que aqui não é uma questão de aritmética, e sim, efetivamente, de interpretação, mas acho que o conjunto de líderes está mais que caracterizado, por todas essas assinaturas, razão pela qual é essa a argumentação que faço, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Com todo o respeito ao entendimento do deputado Durval Amaral, peço a V. Exa. que não considere a assinatura do meu grande amigo Cesar Seleme, porque sendo ele o 3º secretário desta Casa, não pode desempenhar funções de liderança, mesmo a de vice-líder. Peço que pelo menos essa assinatura, com todo o respeito que tenho, seja desconsiderada, porque os integrantes da Mesa não podem desempenhar funções de liderança.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

V. Exa. é quem vai decidir.

Quero acrescentar mais um dado. Conjunto é inclusão; é com todos; é com juntos; quer dizer todos juntos. É uma matéria gravíssima e que demandará questões judiciais, porque há uma irregularidade na tramitação do projeto de lei, nesta Casa. Isso possibilitará um questionamento judicial.

Não estou ameaçando V. Exa., que sempre teve o maior respeito para com todos os parlamentares, mas é um assunto de grande interesse ao povo do Paraná.

Gostaríamos que V. Exa. acatasse a nossa questão de ordem, porque ela é fundamentada no Regimento Interno da Casa.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Acho interessante o levantamento desta questão e louvo a atenção do deputado Nereu Moura, mas na verdade é uma questão de precedente de costume desta Casa. Eu já votei matéria aqui, que foi feito o levantamento, sem a exigência do Regimento Interno. Este questionamento e debate são importantes para a decisão de V. Exa., porque até então não se tem seguido essa regra.

O precedente nessa hora fala muito rápido, porque a matéria já foi votada, ontem, a transformação do Plenário em Comissão Geral.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Enquanto a Presidência toma juízo das questões de ordem, queria contribuir com a seguinte análise: é bem verdade que esta Casa muitas vezes, como disse o deputado Moysés Leônidas, decidiu sem o apelo ao Regimento Interno. Mas o deputado Moysés Leônidas, sabedor que é - foi vereador e atualmente um deputado atuante aqui na Casa - sabe muito bem que, quando não há polêmica, o Regimento Interno pode ser dispensado. Estabelecida a polêmica ele tem que ser o balizador. Concordo, acho que a fala de V. Exa. está correta, mas nesse momento não há unanimidade, não há entendimento, há polêmica; quando há polêmica tem que ter uma norma de referência, e a norma de referência é o Regimento Interno, portanto, acho que cabe a questão de ordem levantada pelo deputado Nereu Moura e torço para que a Mesa acate positivamente o seu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem do nobre deputado Nereu Moura.

Reconhecemos que o conjunto de líderes representa a maioria dos líderes com assento nesta Casa, e o requerimento está com assinaturas da maioria dos líderes dos partidos com assento nesta Casa.

Quanto à questão de ordem de V. Exa., também em relação ao prazo, o requerimento foi colocado na Mesa ontem e foi lido inclusive, foi dado conhecimento ao Ple-

nário pela Presidência, está registrado nos Anais da Casa, nas notas taquigráficas da Casa, então, não tem o que discutir, mas coloco a minha decisão também, se V. Exa. não concordar, o Plenário tem condições de decidir.

De acordo com o artigo 120, deputado Nereu, nas decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

O SR. NEREU MOURA

Mas não recorro à decisão do Plenário, eu vou reservar o direito de ir buscar outros remédios à decisão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É um direito de V. Exa.

Pela ordem, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, faço uma indagação: o deputado Fernando Guimarães faz parte de um partido que só tem um deputado, hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, realmente o partido do deputado Fernando só tem o deputado Fernando como seu deputado, e ele pode se instituir líder do seu partido.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, a questão que eu levanto é a seguinte: partido que tem apenas um deputado não tem liderança, não existe até na própria Casa.

Então, essa é uma matéria já decidida, estou só colocando esta questão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele pode assinar o requerimento como um apoio, nobre deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Apoio, sim, mas não faz parte do tal.

Olha, V. Exa. usa a palavra logo após.

Estou levantando uma Questão de Ordem e todas as vezes que se faz esses questionamentos, sempre tem alguém querendo decidir pelo que está falando e pelo presidente da Casa! E mais uma vez eu me insurjo, senhor presidente, quanto a essas coisas, apesar de, ao longo da minha vida, ter pautado a minha atuação pelo estrito cumprimento das questões democráticas.

Então, quero falar para V. Exa. o seguinte: não consideramos como parte integrante legal do conjunto de líderes, o deputado que nos merece toda a consideração, mas que não pode fazer parte desse conjunto. Essas coisas precisam ficar bem delimitadas até como jurisprudência, vamos dizer assim, da Casa.

Outra coisa que gostaria de deixar registrado aqui, senhor presidente, nós nem aprovamos ainda esse projeto de lei e o governador já está lá fora para assinar convê-

nios pelos quais ele estaria autorizado por aquilo que vai acontecer aqui.

Imagine V. Exa., senhor presidente, se a partir desse momento houvesse um terremoto aqui em Curitiba, um terremoto jurídico e de comportamento e de avançar sempre existe, você imagina, é uma coisa que eu estou prevendo, vamos dizer, se um cataclisma acontecesse aqui, o governador vai para lá com que autorização pública para assinar convênio? Ele deveria ter o respeito a esta Casa, depois de ter sido aprovado aquilo que ele pretende ver aprovado, aí sim, ele poderia.

Senhor presidente, eu coloquei uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As questões de ordem, quando são colocadas, são resolvidas definitivamente pelo presidente da Assembléia. O presidente da Assembléia decidiu, mas cabe, volto a informar, de acordo com o artigo 120 do nosso Regimento: "Das Decisões da Mesa: deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário". Se alguém solicitar recurso ao Plenário, com certeza colocaremos em discussão em Plenário, da decisão da Mesa.

Em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e nove deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um deputados rejeitam.

Está aprovado o requerimento.

Conforme requerimento aprovado, **está com prioridade de votação o item 17.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2002. Fica o Estado do Paraná autorizado a renegociar créditos de sua titularidade representados por títulos mobiliários (LFTALs) emitidos pelo Estado de Alagoas, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Como existem Emendas de Plenário e como foi autorizado pelo Plenário a constituição de Comissão Geral, designo como relator o senhor deputado Fernando Ribas Carli.

O senhor deputado relator solicitou alguns minutos para que pudesse fazer o relatório e conhecer a profundidade do conteúdo.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Ocupando o tempo em que o relator está estudando a matéria, eu requeiro a V. Exa. que faça chegar às nossas mãos, a Ata da CCJ que autorizou o projeto de lei, a sua constitucionalidade, (no 324/2002) e também a Ata da Comissão de Economia e Finanças da Assembléia Legislativa, para que possamos constatar quem foi o relator de ambas as matérias e fazemos uma análise mais criteriosa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou solicitar ao deputado Basílio Zanusso e ao deputado Bier que entreguem posteriormente a V. Exa., cópia da Ata.

Está com a palavra o relator, Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Chamado a relatar o Projeto nº 324/2002, de origem do Executivo, que trata da renegociação dos Títulos Mobiliários de Alagoas.

Esse projeto recebeu duas Emendas de Plenário, as quais passo a ler.

(Lê):

“EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 324/2002

A alínea “a” do inciso III do artigo 1º do Projeto de Lei nº 324/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º -

III -

a) Atualização pela taxa referencial (TR) ou índice de melhor remuneração, mais juros de 1% ao mês;

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, MARCOS ISFER, CAÍTO QUINTANA, JOSÉ MARIA FERREIRA, WALDYR PUGLIESI.”

“EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 02

O inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei nº 324/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º -

I -

II - O montante mínimo de letras federais a ser recebido pelo Estado do Paraná, deverá atingir 170.000.000,00) cento e setenta milhões de reais), que deverá ser caucionado junto ao Banco Itaú S/A, pelo valor de face, para o correspondente resgate de ações da Companhia Paranaense de Energia (Copel) oferecidas em garantia quando do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A (Banestado), ao valor de emissão (parcela à vista), devendo o Executivo dispor desses

recursos, única e exclusivamente, para o resgate das ações da Copel, em poder do Banco Itaú S.A.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(aa) NEREU MOURA, NEIVO BERALDIN, ALGACI TULIO, JOSÉ MARIA FERREIRA, SERAFINA CARRILHO, MARCOS ISFER, CEZAR SILVESTRI, ADEMIR BIER, ORLANDO PESSUTI, RENATO GAÚCHO E PASTOR EDSON PRACZYK.”

Senhor presidente, senhores deputados.

Analisando as emendas, tenho a relatar que elas são constitucionais. O mérito deverá ser decidido pelo Plenário, que é soberano.

É esse o relatório, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em discussão o parecer, em votação o parecer do relator, Fernando Ribas Carli, sobre as duas Emendas apresentadas. (**Aprovado o Relatório**).

Em discussão o Projeto nº 324/2002, ressalvadas as Emendas. Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para discutir)

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos aqui a constatar, a viver e a conviver com este tipo de coisa. O governo vai lá, compra títulos de Alagoas, podres. Vende o Banestado, e um mês depois, dá quinhentos e tantos de ações da Copel, como garantia dos títulos podres, ao Banco Itaú!

Pasmem os senhores deputados, quando o governo vendeu o Banestado, vendeu para receber perto de 3 bilhões de reais. Um mês depois de vendido, deu como garantia dos títulos podres comprados, ações da Copel. No saneamento do Banestado ele gastou um bilhão e tanto a mais da autorização legislativa. E agora, como toque de mágica, como tem a maioria, passa esse projeto pela CCJ. Segundo notícias, eram poucos os presentes.

Por isso, eu requeri a Ata de CCJ que deliberou sobre este Projeto, 324/2002, e agora vem a Bancada governista, faz uma emenda de Plenário e nós aqui, minoria, vamos assistir eles darem o aval ao governo, que pode vender por 105 milhões a menos do que valem os títulos! Para permitir que Alagoas faça a sua renegociação da dívida imobiliária e para descaucionar essas ações da Copel, a fim de que o governo vá, outra vez, ao Banco Central, ou vá outra vez na Bolsa e venda, outra vez, este valor de ações caucionadas da Copel e faça mais dinheiro, no apagar das luzes!

Ora, senhores deputados, aumenta o ICMS dos combustíveis, aumenta o ICMS da energia, aumenta o ICMS da comunicação, o povo está pagando a conta! Agora o Poder Legislativo vai dar autorização, vai avaliar uma negociata! Quando me lembro do colono, do agricultor, quando vi ontem o Osmar Dias quase chorar nesta tribuna, falando que foi agricultor e que tem a sensibilidade do campo, fico imaginando! O que dizer desse

conjunto de líderes, que não é conjunto de líderes. Porque um deputado não é de si mesmo. Não pode ter liderança, conforme o Regimento Interno. Meu amigo Fernando Guimarães, chegou há pouco tempo aqui, mas, mesmo com meias palavras, aqui as coisas transparecem.

Aqui é a tribuna democrática.

Então, senhores deputados, senhores presentes, não vai resolver um discurso mais contundente com mais informação, com mais dados oficiais, não vai adiantar a transparência da matemática, não vai adiantar a revelação da lógica. Não vai resolver a emoção. O que vai decidir são aqueles que dão apoio cegamente ao governo. É assim, a minoria discursa, e a maioria vota. Mas será que nós não vamos ver o nosso sonho ser atendido, pelo menos perto de ser atendido? Daquele exatamente que diz que o parlamentar cumpre a Constituição Federal, Estadual, representa o povo, que é o Parlamento que decide o rumo de uma população. O dia 06 de outubro está próximo. Quero desejar a todos, muito boa sorte!

Mas vamos tratar pelo menos de cumprir parcialmente com o nosso dever. O que estamos vendo hoje aqui é o fim da picada! Nós não autorizamos comprar por cem, por que é que vamos avaliar vender por sessenta? Ninguém! E eu não estava na Banestado Leasing e nenhum deputado estava lá quando compraram os títulos podres de Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, Maranhão. Foram quatrocentos e vinte e oito milhões de títulos podres! Compraram sem um tostão de deságio! Quem é que embolsou esse dinheiro? Agora, nós do Poder Legislativo, a Casa do povo, vai avaliar para que vendam em liquidação esses títulos? Fere a nossa consciência! E sobretudo, não nos recomendam os nossos assessores, que façam esse tipo de coisa. Nós estamos aqui balizados com uma assessoria técnica competente, capaz de dizer onde estão as coisas certas e erradas.

Por isso, louvo os nossos assessores, porque o meu voto, o meu comportamento está abalizado no assessoramento técnico. Porque não acredito no político só, sem o técnico ao seu lado. Essa conjunção tem que existir. E talvez aí seja o valor fundamental da nossa discussão. Não podemos ser o voto das “nádegas”, o “senta e levanta”.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Discutir)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Com toda atenção e cuidado, ouvi o pronunciamento do ilustre deputado Neivo Beraldin que tem primado a se dedicar aos assuntos econômicos e tenho a convicção que ele tem prestado um grande serviço a todos os paranaenses, quando procura tornar mais entendível os números contábeis do governo do Estado, desde a sua execução orçamentária, analisando os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, o endividamento público; enfim todas as questões financeiras que envolvem o nosso Estado.

Agora, neste momento fico surpreso ao escutar o seu pronunciamento, numa posição contrária a uma posição favorável ao governo do Estado.

Senhor presidente, a grande verdade é uma só, quem está dando um calote é o governo federal porque esses títulos emitidos por Alagoas, como foram emitidos por Santa Catarina, ou por Osasco ou por qualquer outro Estado, eles têm uma chancela do governo federal e do Banco Central.

Quem compra esses títulos, compra baseado numa chancela, numa emissão do Banco Central. É a mesma coisa que pegarmos uma nota de R\$50,00 do Banco Central e depois virem dizer que a nota é falsa. Quando esses títulos foram comprados, eram títulos de um Estado da Federação Brasileira.

Quem poderia duvidar que o título era frio? O título não era frio, tanto não é frio que o governo federal está reconhecendo a sua dívida! Nós não podemos confundir as coisas, os fatos. O fato é um só, o título é verdadeiro, em nenhum momento alguém alegou que o título foi falsificado por este ou aquele fraudador. O título tem a chancela do Banco Central, é um título verdadeiro, e hoje nós estamos votando uma lei que dá ao Governo a possibilidade de negociar porque o governo federal é intransigente.

Na minha visão, o governo federal tinha que honrar esses títulos e cobrar do Estado de Alagoas. Muitas das negociações foram feitas para que se conseguissem isso. Chegou-se a esse valor que é de 7% de deságio; é o que nós estamos dando ao Governo, que é dar um deságio de 30%.

Então, quero dizer ao deputado Neivo Beraldin que procura a todo instante dar uma demonstração da sua preocupação com a situação financeira do Estado.

Se nós não dermos essa condição ao Estado, o governo federal estipulou um prazo que é até 31 de junho para que seja renegociado.

Se valer a sua vontade, deputado Neivo o governo do Paraná vai perder todos esses recursos, e eu pergunto aos senhores e nós devemos causar esses prejuízos.

Aí, sim, a Assembléia Legislativa estará dando um prejuízo ao governo do Estado em não lhe dar a possibilidade de proceder a esta renegociação.

Então, eu convido a Casa para que o Poder Legislativo do Paraná entre numa pendenga judicial contra o governo central para que possamos pegar esse dinheiro, porque o título em nenhum momento foi dito que é falso, em nenhum momento.

Foi aprovado pela Alta Corte deste país, pelo Senado Federal, minha gente, o título é quente! O título não é falsificado, não é falso!

Não me venham com outras alegações de que compraram mal ou compraram bem, não é esse o mérito que estamos discutindo.

Não foi só a corretora do Banestado que adquiriu esses títulos; somos sabedores que existem outras corre-

toras que têm esses títulos; qualquer um de nós poderia comprar um título desses.

Quem dos senhores não vai a um banco e ao sacar um cheque você não acredita naquela moeda que lhe entregaram? Quem duvida da moeda que recebe num caixa de um banco?

Se nós duvidarmos disso, senhores, no que vamos acreditar?

Se nós não acreditamos num documento, deputado Hermas Brandão, que tem a chancela do Banco Central do Brasil, que teve aprovação do Senado, no que nós poderemos acreditar?

Quero, aqui, deputado Neivo Beraldin, mais uma vez, parabenizá-lo pelo seu posicionamento, pela sua defesa dos interesses do Paraná. O senhor é um deputado que conhece a questão financeira e orçamentária, mas não posso entender, num momento que poderemos fazer com que o Estado receba uma dívida do Governo Federal, o senhor faz um encaminhamento contrário a isso!

Queria pedir a todos os senhores deputados que analisassem o fato e o que ocorreu. Não vamos entrar em outras discussões, mas no mérito da questão, no principal. Vamos imaginar que nós, qualquer um de nós, entrou num banco, recebeu um cheque, por exemplo, de R\$100,00 (cem reais), pegou o dinheiro no Banco e de repente, disseram que esse dinheiro era falso.

Quero pedir aos senhores que analisem o fato, pensem no Estado, nos paranaenses, e que possamos votar favoravelmente ao projeto.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Como fui citado, gostaria de, em vinte segundos, relatar o seguinte:

Esta Assembléia Legislativa aprovou a Lei nº 12.201, depois aprovou a Lei nº 11.961 de 19.12.97, que dava ao Estado autonomia de saneamento do Banestado...

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, com todo respeito que merece o deputado Neivo Beraldin, indago a V. Exa. se um parlamentar pode encaminhar duas vezes a mesma matéria?

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Está se discutindo!

O SR. DURVAL AMARAL

Pode discutir duas vezes?

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Informo ao deputado Neivo que ele poderá, na hora do encaminhamento...

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, quero apenas passar essa informação à Casa...

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

V. Exa. poderá posteriormente, usar o tempo para encaminhamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Também para discutir, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

Está inscrito na ordem: deputado Pessuti, depois José Maria e V. Exa. depois.

O SR. NEREU MOURA

Também me inscrevo, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente.

Pedi para discutir esse Projeto 324, até para resgatar uma das coisas que o líder Durval Amaral colocou ontem, por ocasião da discussão e votação em 1ª discussão, quando ele atribuía à Bancada de Oposição, a responsabilidade por um possível prejuízo que o Paraná poderá ter caso a matéria não fosse aprovada.

Senhor presidente, já foi por alguns colocado desta forma, mas é necessário que se resgate, novamente, isso: se algum prejuízo o Paraná está tendo ou pode ter, certamente, não é por culpa da Bancada Opositora, aqui, da Assembléia.

O deputado Waldyr Pugliesi, ontem, no exercício da Liderança da Oposição, do qual é o titular, já falou isso, mas é necessário que se repita porque se hoje estamos na eminência de ter um prejuízo ou de receber alguma coisa, a culpa disso tudo não é dos parlamentares da Oposição, que quando esse assunto chegou ao conhecimento, a compra dos títulos podres, pela Corretora Banestado, os parlamentares da Oposição, naquela época, já levantaram e denunciaram o prejuízo que o Paraná estava sendo submetido por uma ação, no nosso entendimento irresponsável, daqueles que conduziam a Banestado Corretora, que conduziam o próprio Banestado e por conseguinte do governador do Estado, que é o chefe de toda essa turma.

Então, se algum prejuízo pode ter o Paraná hoje, amanhã, depois, ontem, a culpa certamente, não é do deputado Orlando Pessuti, não é dos deputados da Oposição, mas sim, do governo do Estado. E se agora, nós autorizarmos esse deságio de 30% como se falam, aí, sim, nós estaremos assumindo um prejuízo para o Paraná. Aí sim, estaremos dando a nossa parcela de contribuição política para esse prejuízo que o Paraná está tendo.

Lembro-me, senhor presidente, quando o governador anunciou aos quatro cantos do Paraná, do Brasil e do

mundo, os Jogos Mundiais da Natureza, nós nos posicionamos contrário, porque entendíamos que ao invés de investir todo aquele dinheiro nos Jogos Mundiais da Natureza, devia o governador investir dinheiro nos Jogos Estudantis do Paraná. Nos jogos regionais, como lá na minha região, do Miltinho Pupio, Jogos Abertos do Vale do Ivaí, que não recebeu nesses sete anos e meio de governo Jaime Lerner, nenhum pacote de recursos para que esses jogos tão tradicionais naquela região, pudessem acontecer.

Quando o governador anunciou que ia pedagiar as estradas do Paraná, o deputado Pessuti, os deputados da Oposição se manifestaram contrário, porque sabíamos que as estradas poderiam melhorar, como de fato melhoraram. Mas isso iria acarretar um prejuízo, um dano à economia paranaense, para os caminhoneiros, para os transportadores, para aqueles que produzem a riqueza do Paraná.

Quando foram vender as ações da Sanepar, nós entendíamos que aquilo iria causar prejuízo ao Paraná, e nos posicionamos contrário.

Por isso que hoje, senhor presidente, nós também posicionamos contrário, da mesma forma que nos posicionamos contrário à venda do Banestado nos termos em que aconteceu; a venda das ações da Copel nos termos em que aconteceu, a venda da Ferroeste nos termos em que aconteceu; a licitação para a concessão da exploração do terminal de containers de Paranaguá, na forma como aconteceu.

E os resultados estão aí, sendo denunciados, trazidos pelo companheiro Vanhoni, pelo companheiro Algaci, pelo companheiro Isfer, por nós e por outros deputados.

Então, nós neste momento, temos que dizer mais uma vez, porque somos contra?

Por quê?

Porque não queremos realmente compactuar com esse prejuízo que a Assembléia está referendando, de dar um desconto de 30% porque, se esses títulos, deputado Ribas Carli, têm a seriedade, tem a validade, tem a autenticidade que V. Exa. prega, não temos que dar desconto nenhum ao Governo Federal. Ele que venha e honre na totalidade esses títulos, por nós chamados de “títulos podres”.

Por essa razão, senhor presidente, que não podemos concordar.

Não quero deixar registrado nos Anais da Assembléia, para que amanhã alguém possa cobrar que o deputado Pessuti não olhou direito pelos interesses do Paraná; que o deputado Pessuti permitiu que o Paraná perdesse 100 milhões, que fosse 100 milhões dados de graça, de mão beijada ou para Alagoas, ou para o Governo Federal.

É por isso que nós não concordamos com essa proposta.

E por que faço a pergunta, pelo menos e o que está se comentando nos bastidores, por que se a intenção é

não dar prejuízo ao Paraná, por que, então, não estão concordando com as Emendas propostas?

Pelo menos, é o que se diz, que não vão aprovar as emendas.

Por que não concordar com as emendas que propõe, já que o dinheiro está vindo, que se utilize para resgatar as ações da Copel, que estão presas ao Banco Itaú, e que a qualquer momento pode o Banco Itaú ficar também com a Copel? Já ficou com o Banco do Estado, vai ficar com a Copel. Por que não aprovar essa emenda que diz que os recursos que vierem dessa transação dos títulos de Alagoas com o Governo Federal, sejam utilizados única e exclusivamente e somente na amortização, no resgate das ações que o governo tem de ações da Copel caucionadas junto ao Banco Itaú. Por que, então, não aprovar? Qual é a segunda intenção que tem por trás da utilização desses cento e setenta milhões se não preservar o patrimônio público do Paraná, preservar aquilo que interessa ao Paraná e esta Assembléia estará assumindo um prejuízo de cem milhões de reais para o nosso Estado e para a nossa gente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu vou fazer uso da palavra, senhor presidente, para responder uma única pergunta do deputado Ribas Carli feita ao Plenário e ao povo do Paraná: por que o Banco Central não honra?

O Banco Central não honra os títulos por duas razões. Em primeiro lugar, porque não é dever do Banco Central, não se comprou nada do Banco Central. E em segundo lugar, porque ficou evidente para o Brasil inteiro de que o governo do Estado do Paraná, sobretudo o Banco do Estado, a Corretora e a Administração do Banestado na época, juntamente com Alagoas, juntamente com São Paulo, juntamente com o Estado de Pernambuco, participaram da maior roubalheira de dinheiro público com emissão de títulos, com a chancela do Banco Central, levando o Congresso Nacional e o Senado da República a um erro gravíssimo, fruto de uma “pilantragem” a nível nacional.

No nosso Estado, foram quatrocentos e vinte e oito milhões de reais que ajudaram a fazer com que o Banco do Estado do Paraná fosse ao estado de insolvência e de falência. Mais ainda, o custo dessa irresponsabilidade está sobre o peso, hoje, de todos os paranaenses, porque é retirado da receita do Estado, oriundo do trabalho dos paranaenses que pagam os seus tributos.

Trinta milhões de reais por mês, é uma dívida de um bilhão e seiscentos milhões! São trinta anos pagando essa dívida que os paranaenses terão que honrar! Trezentos e sessenta milhões de reais por ano, deputado Ribas Carli, no “lombo” dos paranaenses, fruto da irresponsabilidade da Corretora, fruto da irresponsabilidade da Banestado Leasing e fruto da irresponsabilidade do governo, que pôs a mão por cima de todos esses administradores, não permitindo que até agora fosse investigado.

O comportamento da Assembléia Legislativa, deputado Ribas Carli, não é aprovar desconto. O comportamento correto deste Poder seria de, hoje, imediatamente hoje, abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as irregularidades de quem participou da compra irregular e criminosa dos títulos de Alagoas, Pernambuco, Osasco e das outras cidades que participaram desta ciranda. É por isso que o Banco Central está sendo rígido com os Estados que participaram dessa roubalheira! E nós não temos que aqui fazer o juízo: mais vale a pena um dinheiro de lavagem ou a manutenção dos nossos impostos? Mais do que isso, deputado Ribas Carli, vale aqui a conduta ética do Poder Legislativo.

O nosso dever era aproveitar essa discussão sobre os títulos de Alagoas e aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o que aconteceu no Banco do Estado do Paraná. É isso que os paranaenses esperam. É isso que os servidores públicos do Estado do Paraná, que não recebem um centavo de aumento há sete anos, esperam: seriedade, uma prática política que ainda nós vamos conquistar no nosso Estado; transparência administrativa; fim da mal versação de dinheiro público! Nós somos ricos, nós temos capacidade de fazer deste Estado, um grande Estado, onde as instituições possam contribuir para aquilo que elas devem contribuir, que é o aperfeiçoamento da democracia, a melhoria da qualidade de vida e trazer esperança para o conjunto do povo. Nenhuma instituição merece respeito se não tiver contribuindo com isso e, infelizmente, nós aqui na Assembléia não merecemos o respeito do povo do Paraná, porque até agora acobertamos a roubalheira que aconteceu no Banco do Estado, colocando o peso disso nos ombros do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós estamos discutindo o Projeto nº 324/2002 que trata da possibilidade de vir a receber do Estado de Alagoas, 275 milhões. E como é que foi construído, como é que foi montado esse crédito? Esse crédito foi oriundo da aquisição de títulos podres, que diferente do que fez aqui a defesa do relator, o competente deputado Ribas Carli, muito eloqüente nas suas afirmações, mas que não correspondem à realidade dos fatos, com toda a franqueza. Se não fosse e se não existisse regularidades ou se pesasse sobre esses títulos questões de legalidade, o Estado de Alagoas não estava a promover uma ação no Supremo, como bem lembrou o deputado Waldyr Pugliesi.

E mais, deputado Ribas Carli, após 60 dias de denunciado o fato, tornado público ao mercado financeiro, à sociedade brasileira, lá o Estado do Paraná, representado pela corretora, pela Banestado Leasing, para

mais alguns milhares de reais em títulos podres dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina!

Então, não foi uma compra de boa-fé, não foi uma compra iludida, porque tivesse lá o aval do Senado para contrair aquela dívida que era de precatórios e que não existiam na realidade.

Mas, o que estamos a votar aqui é uma emenda que eu aproveito, senhor presidente, para encaminhar o projeto e, no projeto encaminhar a emenda apresentada pelo Bloco de Oposição, no sentido de que o governo do Paraná não possa simplesmente fazer a dilação de 10 anos em uma parcela de 105 milhões de reais e apenas a correção da variação, e sem nenhuma remuneração de juros! Não há governo que faça uma operação com essas benesses e o Paraná está querendo, senhores deputados, fazer uma operação com o Estado de Alagoas, do qual já perde parcela dos seus recursos e ainda quer fazer por 10 anos, sem um percentual de juros! Por isso, a Bancada de Oposição apresentou, nessa parcela que vai vencer daqui a 10 anos, que se cobre 1% de juro.

A segunda emenda é a Emenda que vincula o recebimento desses 175 milhões em letras do Banco Central ao resgate de parcelas, dá 71 bilhões de ações ordinárias-nominais da Copel, que foram depositadas em caução no Banestado. Depois com sua privatização, foram retiradas da carteira do Banestado. E como o Estado não tinha recursos, lá foi a Copel bancar o aval com as ações que, inclusive, têm direito a voto em 24% dessas ações, 24,6% das ações que estão depositadas em garantia no Banco Itaú são nominativas e tem direito a voto.

Por isso é que nós precisamos, deputado Algaci Tulio, fazer a vinculação do recebimento dos 175 milhões em títulos do Banco Central para fazer o resgate dessas ações para continuar a assegurar que a Copel continue sendo uma empresa pública, que a Copel não saia das mãos do Paraná pela esperteza de alguns ou pela insensatez de outros.

É por isso que esta emenda deve receber deste Plenário toda a atenção e que nós possamos ter votado nesta tarde, aí, quem sabe, a manutenção da Copel ainda enquanto empresa pública, porque não é justo para com o Paraná e não é justo para com as gerações futuras. Um governo que fez um rombo nas contas públicas de aproximadamente 640 milhões de reais e agora recebe parte desses recursos ou deste crédito podre e ao invés de pagá-los, fazer o resgate dessa conta, simplesmente coloca na caixa e vão continuar a ciranda do endividamento e a ciranda do comprometimento das gerações futuras. É por isso que as duas emendas devem receber aprovação deste Plenário.

Lá atrás nós já tivemos um momento de insensatez em relação à Copel. Esta Casa, por 26 votos contra a venda e 27 favoráveis, permitiu que a Copel fosse vendida. Sustada na Justiça, mas não por esta Casa! E hoje, é hora de nós recuperarmos a condição de mantê-la enquanto empresa pública.

Por isso, senhor presidente, encaminhado favorável às duas emendas que, na sequência, serão votadas.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Discutir**)

Senhor presidente, eu ouvi com atenção todos os pronunciamentos que foram feitos e lembro que o deputado Ribas Carli, contumaz defensor do governo, falou que o título de Alagoas não é falso. Bom, não é falso, mas é podre. Se o deputado Ribas Carli se comportar, por exemplo, numa compra num supermercado, vai ser um desastre para a economia familiar, porque ele chega lá, fala - isto aqui é uma maçã - está podre, mas é maçã - então ele compra. Não é por aí. O que nós queremos dizer mais uma vez ao Paraná é o seguinte: o governo do Estado se enquadrilhou lá na Corretora Banestado.

Olha, senhores e senhoras que estão aqui, se aquela diretoria da Corretora Banestado, deputado José Maria Ferreira, se ela estivesse lá certamente numa hora destas, com argumentação da assessoria, se fosse preciso, eles talvez tivessem comprado títulos, sabem de quem? Do Afeganistão, depois da presença, inclusive, dos bandidos comandados pelo presidente Bush. Essa quadrilha que estava no Banestado está incólume até hoje! Provocaram um enorme prejuízo ao Paraná e nós estamos aqui para agirmos, como disse o deputado Pestuti, o quê? Para co-honestar? Eles deram um grande prejuízo, o governo do Estado, através do Banestado, ao povo do Paraná e agora querem o quê? Querem que nós aqui, da Oposição, como vaquinhas de presépio, vamos nos colocar com esta argumentação falaciosa, mentirosa, que nós estamos impedindo o governo do Estado de recuperar parte do dinheiro que ele aplicou e muito mal, nos títulos não só de Alagoas, mas de Osasco, Guarulhos, Pernambuco e Santa Catarina. Nós não vamos entrar nesse jogo. Não temos nada a ver com isso que está acontecendo.

O que queremos dos deputados do governo é que eles aprove uma emenda, para que possamos ter controle sobre o dinheiro que poderá vir a ser recebido, seja lá qual for a quantia, pelo Paraná. Senão, é capaz de a gente ver esse dinheiro se esparramar todo pelo interior, dessas chamadas incursões do governador Lerner, tentando alavancar a candidatura fragílima do seu candidato ao governo do Estado.

Quero aproveitar a oportunidade de estar aqui para dizer, que eu, pessoalmente, deputado Waldyr Pugliesi, acredito que os deputados de Oposição, não estarão insensíveis às reivindicações que os do Ministério Público estão fazendo. Um governo que não dá aumento durante sete anos é um governo que não merece o respeito da sua população.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu pedi para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A discussão já foi encerrada.

Há um requerimento sobre a mesa nº 1479, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando o encerramento de discussão do Projeto de Lei nº 324/2002, aplicando-se para esse fim, analogicamente, o discurso do Artigo 157, Inciso II do Regimento Interno desta Casa - **Retirado pelo autor**.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

V. Exa. anuncia à Casa, a chegada desse requerimento pedindo o encerramento da discussão, mas as notas taquigráficas e os ouvidos de todos, aqui, sabem que bem antes de tudo isso - antes desse pedido formulado pelo ilustre líder do governo - havia uma inscrição do deputado Nereu Moura, para discutir as emendas do projeto nº 324.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Regimento Interno, aqui, é claro, deputado Waldyr Pugliesi. “É permitido a qualquer deputado, no Artigo 157, requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras: 1) Na 1ª discussão desde que a matéria haja sido discutida em uma Sessão anterior; 2) Na 2ª discussão, quando já falaram três oradores, pelo menos sobre o assunto dessa discussão, se pretender encerrar”.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Gostaria de solicitar tanto ao líder do Governo, quanto a V. Exa. um espírito democrático, que sempre presidiu as ações de anos, para não cercear o possível pronunciamento do ilustre deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Nereu Moura poderia ao invés de discutir, encaminhar o projeto.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, eu me inscrevi antes da apresentação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas isso não o impede, nobre deputado. O Regimento é claro, fala que após três, qualquer parlamentar pode solicitar.

Consulto ao deputado Durval Amaral se retira o seu requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, apelo a V. Exa., em nome do equilíbrio, das forças de Situação e de Oposição, que

poderíamos concordar com o pronunciamento do deputado Nereu Moura. Após o quê, se houver mais algum parlamentar que deseje discutir a matéria, que V. Exa. submeta-a a voto, encerrando-se efetivamente a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura, para discutir.

O SR. NEREU MOURA

Senhora e senhores deputados, senhoras e senhores que participam da Sessão no dia de hoje.

Muito já foi dito aqui a respeito deste assunto que monopoliza as atenções desta Casa. Também, senhores visitantes, não é para menos, porque se trata de um assunto que mexe com a vida do povo do Paraná. São 280 milhões de reais em jogo, e isso não é pouco. Sei que os representantes do Ministério Público do Paraná estão aqui nesta Casa por bem menos do que isso, por uma quantia bem inferior, para atender uma demanda funcional, e por isso nós temos que efetivamente, nós que estamos aqui nesta Casa para defender os interesses do povo do Paraná, temos que defendê-lo com toda energia e rigor e entusiasmo.

Já dito aqui, repetindo, mas nunca é demais a gente frisar, o fato é que o governo Jaime Lerner fez um péssimo negócio para o Paraná.

O Banco do Estado do Paraná comprou títulos podres, ou seja, promissórias do Estado de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, de Osasco e da cidade de Guarulhos, do interior de São Paulo. Só de Alagoas, o valor hoje importa em 280 milhões de reais.

Agora, quero perguntar aos senhores deputados, à senhora deputada, se o governador, o governo de Alagoas quisesse vender um título para qualquer empresário do Paraná, por 10% do valor de face, eu duvido que qualquer empresário comprasse o título! Ninguém compraria, nem por 10% do valor de face, mas o governo Jaime Lerner, comprou por 100% do valor de face do Estado de Alagoas, e está aqui no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o que diz o eminente relator, deputado Ademar Traiano, no seu relatório, se o Paraná se recusar a participar desse acordo, será o único credor a recorrer ao Poder Judiciário em demanda, que certamente se alongará por anos, e ainda se vencer o Estado do Paraná terá enormes dificuldades em receber em forma de precatórios, dada a difícil situação financeira do Estado de Alagoas, que, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional “tem a maior relação dívida-receita dentre todas as unidades da Federação”. Sim, esta é a situação, mas o Paraná comprou os títulos de Alagoas, 280 milhões de reais!

Hoje o Paraná deve para o Banco Itaú, 590 milhões de reais de títulos podres! Um péssimo negócio!

Hoje eu vi o jornal “Gazeta do Povo” trazer uma matéria dizendo o seguinte: os deputados da Oposição

prejudicaram o Paraná, em tentar impedir que essa renegociação fosse feita.

Ora, quem prejudicou o Paraná? Fomos nós, deputados que aqui estamos a duras penas defendendo o nosso povo ou foi um governo marcado por atos de corrupção? Um governo que compra títulos de Alagoas? Um governo que compra títulos de Pernambuco? É este governo que defende os interesses do povo do Paraná?

Senhor presidente, senhores deputados, nós, deputados da Oposição, não fomos nós que mandamos o governador Jaime Lerner comprar os títulos podres, como não fomos nós que, desde o primeiro instante, erguemos a nossa voz aqui nesta Casa. Aliás, deputado Vanhoni, V. Exa. lembrou na semana passada, o que a diretora do Banco Central falou quando analisava a questão do Banco do Estado do Paraná e ela disse na Rede Globo, no Jornal Nacional: “O Banco do Estado do Paraná é administrado por uma quadrilha de ladrões”. Palavras da diretora do Banco Central do Brasil, Tereza Grossi, de forma que nós, deputados, que lutamos aqui para não ver esses episódios que marcaram de forma nefasta a vida do povo do Paraná, que fizeram com que os funcionários públicos do nosso Estado ficassem sete anos sem reposição salarial e nós estivéssemos aqui hoje lutando para que o governo não faça um péssimo negócio, possam dizer por aí que nós estamos prejudicando o Paraná.

O Sr. Durval Amaral

V. Exa. permite-me um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, o senhor foi muito gentil.

Senhor deputado estou ouvindo o seu pronunciamento, como sempre brilhante e ouvi aqui o senhor afirmando que não teve quem indicasse um único empresário paranaense que tivesse comprado títulos de Alagoas, que nenhum empresário do Paraná comprou títulos de Alagoas, que não existiu. Eu sei que essa afirmação em hipótese alguma foi maldosa, com o intuito só de tentar denegrir o governo do Estado, mas a verdade sempre há que prevalecer e eu quero afirmar a V. Exa. que não foi um, mas vários empresários do Paraná que compraram títulos de Alagoas, assim como a Corretora Banestado comprou.

É triste citar nomes de empresários conceituados, mas até faço para demonstrar a boa-fé que, certamente, os gestores da Banestado Corretora que serviram não só a este governo mas a outros governos, sempre trabalhando na Banestado Corretora fizeram na boa-fé.

Por exemplo, todos nós conhecemos um dos homens mais sérios, um dos empresários deste Estado, um dos mais conceituados, que é o proprietário do Paraná Banco, Joel Malucelli. Ele comprou títulos de Alagoas e eu poderia citar inúmeros outros, mas digo e cito o nome de um empresário inquestionável, de reputação ilibada, um homem sério, que nunca jogou dinheiro fora, por isso que tem o poder econômico que tem.

Obrigado pelo aparte.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Durval Amaral, não vou duvidar das suas afirmações, mas eu tenho as minhas ressalvas e gostaria de ver a negociação que se um empresário do Paraná fez, gostaria de ver qual foi o valor que o empresário Joel Malucelli pagou por título do Estado de Alagoas. E se o empresário Joel Malucelli fez um péssimo negócio, muito que bem! Ele é o dono do dinheiro dele! Agora, o governador Jaime Lerner não é o dono do dinheiro do povo do Paraná. Ele foi eleito para governar o Estado do Paraná e aplicar e gerenciar corretamente o dinheiro do povo do Paraná e esse negócio foi um péssimo negócio!

Um bom negócio para o Banco Itaú, um ótimo negócio para Alagoas, mas um péssimo negócio para o povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Solicito verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e solicita ao senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.
(**É iniciada a chamada nominal**)

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, retiro o pedido da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Trinta deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um rejeitam.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Vamos votar as emendas.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Permita que eu faça o registro dos que votaram, não contra o Paraná, mas contra aquilo que representou a corrupção no Paraná.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Eu agradeço o registro, deputado José Maria. Vai facilitar o meu registro.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

Eu sempre estou facilitando a vida das pessoas corretas.

Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Eli Ghellere, Augustinho Zucchi, Ricardo Chab, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Nereu Moura, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Antonio Martins Anibelli, Algaci Túlio, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e este deputado que vos fala.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Estou ouvindo a Sessão mas quero dizer ao deputado José Maria e à Casa que está repleta de gente hoje aqui.

“Defender pessoas corretas “dá a impressão que quem está votando aqui está sendo incorreto. Parlamento é assim. A minoria fala, a maioria ganha e tem que ser respeitado. No Parlamento tem que ter respeito. Eu acho que o deputado Jose Maria que sempre mereceu o meu respeito, poderia colocar de uma outra forma, porque votar não se trata de ser correto ou incorreto. Isso é uma deselegância.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Se o deputado Moysés Leônidas não estava atento ao que eu disse, logo no início, eu disse que “quero votar em função do que representou esta corrupção no Paraná”. Eu não estou dizendo da votação aqui. Estou reportando à história da corrupção no Paraná.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Que bom, deputado, porque eu já tive oportunidade publicamente de defendê-lo que para mim, sempre pareceu ser correto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

E foi o que eu fiz.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Respeito é bom e a gente gosta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda assinada pelo deputado Orlando Pessuti com apoio de sete parlamentares.

Emenda Modificativa do Projeto de Lei nº 324/2002.

(**Lê a emenda**):

“Alínea A do inciso 3º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 324/2002, passa a ter a seguinte redação: a) A atualização pela TR ou índice de melhor remuneração mais juro de 1% ao mês.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu entendo que este é um dispositivo necessário de constar da lei que está sendo discu-

tida e votada na Assembléia, porque, afinal de contas, o Paraná que já está perdendo 105 milhões, segundo a própria mensagem do Governo anuncia: não pode perder mais que isso.

Se nós não analisarmos corretamente aquilo que vai ficar para um possível recebimento, o prejuízo será ainda maior do que aquele que já está sendo estipulado.

Então, por esta razão, senhor presidente, é que nós, ouvindo a nossa assessoria, ouvindo parlamentares, inclusive alguns até da base do Governo, propusemos, com outros parlamentares, esta emenda que visa dar justamente àquilo que ficar para trás, uma correção justa, correta e que permita ao Paraná não perder mais do que já está perdendo.

Por isso entendo que esta Emenda deva ser aprovada pelo conjunto da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda do deputado Orlando Pessuti e apoiada por mais 7 parlamentares.

Verificação de votação. 21 senhores deputados aprovam a emenda. 30 senhores deputados rejeitam.
Rejeitada a emenda.

Emenda do deputado José Maria Ferreira, apoiada por 13 parlamentares. Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 324/2002: o inciso 2º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 324/2002 passa a ter a seguinte redação: O montante mínimo de letras federais a ser recebido pelo Estado do Paraná deverá atingir 170 milhões de reais que deverá ser caucionado junto ao Banco Itaú pelo valor da Defaz para o correspondente resgate de ações da Copel, oferecidas em garantia quando do processo de privatização do Banestado, ao valor de emissão, parcela à vista, devendo o Executivo dispor desses recursos única e exclusivamente para resgate das ações da Copel, em poder do Banco Itaú.

Está em votação a emenda do deputado José Maria.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, como sou um dos subscritores dessa Emenda também me sinto na obrigação de defendê-la, perante este Plenário.

Essa emenda, quando iniciamos a redação da mesma, quando começamos a idealizar a sua apresentação, em mais de uma oportunidade estivemos conversando, inclusive aqui neste plenário, com V. Exa., com o deputado Durval Amaral, da necessidade que tínhamos de vincular esses recursos ao resgate das ações do governo do Estado, ações da Copel, que estão caucionadas ao Banco Itaú, por conta dos títulos podres de Alagoas e outros Estados.

Naquela oportunidade, sempre se anunciou que isso era muito bem-vindo, e por essa razão prosseguimos na coleta de assinaturas procurando melhorar a redação, porque num primeiro momento se falava apenas em oferecer ao Banco Itaú esses títulos que estão

sendo negociados agora e que se o Banco não os aceitasse então o governo estaria isento de qualquer responsabilidade.

Eu entendo que nós, enquanto Parlamento, e que por mais de uma vez, inclusive V. Exa. já buscou os Tribunais para que o Banco Itaú não viesse a se apoderar dessas ações da Copel, é mais uma razão para que nós, ao aprovarmos esta autorização de negociação do governo do Estado, referente aos títulos de Alagoas com o governo federal, que nós deixemos claro a destinação desses recursos.

Se não existe do governo nenhum outro jogo, senão o de salvar a Copel, como tem anunciado o governo que pretende salvar, salvar os seus compromissos perante a população, então nada mais justo do que nós vincularmos esses títulos, esses recursos, fruto da negociação, amortização ou resgate daquelas ações da Copel, que foram dadas pelo governo em caução ao Banco Itaú.

Portanto, entendo que essa Emenda, é uma Emenda boa, necessária, para que nenhuma dúvida possa pairar sobre o que está acontecendo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Na mesma linha do que argumenta o deputado Orlando Pessuti, nós entendemos que o recebimento de títulos do governo federal, de letras do governo federal, trará ao Paraná a possibilidade ainda, da utilização em deságio dessas letras a mais.

Ontem houve conversações, na possibilidade de um acordo de votação desse projeto, mais ou menos em cima desses termos. Apelaria à Bancada do Governo de que nós pudéssemos ao aprovar essa Emenda, garantir a retirada de ações que o Banco Itaú, mais hoje, mais amanhã vai acabar se assenhorando dela, porque nós poderemos não ter recursos.

Se os nobres parlamentares puderem entender de outra forma, digamos que esse governo tenha, mas num futuro não vá ter. E no instante do vencimento, não haja negociação. O Itaú pura e simplesmente vai ficar com as ações da Copel. Ora! Nós podemos fazer casados agora, o recurso que venha do resgate das vívidas que era do Banestado de Alagoas, passam a casar-se com a retirada das ações da Copel que estão garantindo junto ao governo federal. Acho que isso daria uma demonstração clara de que a Assembléia está querendo, na verdade, cada vez mais, manter a empresa de energia elétrica em poder e controle do nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação. Senhores parlamentares que aprovam a Emenda do deputado José Maria Ferreira.

21 senhores deputados aprovam;
30 senhores deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

Está aprovado o projeto na forma original.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Desejo registrar o voto dessa Emenda favorável dos deputados que lá atrás, tiveram o mesmo comportamento que hoje aqui faz, de preservação da Copel - Deputados: Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk, Ricardo Chab, José Maria, Edson Strapasson, Irineu Colombo, deputada Serafina, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Augustinho Zuk, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Algaci Tulio, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Neivo Beraldin.

Tiveram o mesmo comportamento na votação de defesa da Copel, continuam tendo hoje para poder preservar a Copel enquanto pública.

Muito obrigado.

E esse deputado que vos fala!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Atendendo ainda o requerimento aprovado anteriormente, de preferência é o item 21 que será discutido e votado.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIP, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 055, de 07/05/2002).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 284/2002**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIP, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema Financeiro de Ações nos municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
MOYSÉS LEONIDAS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 284/2002**

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo de mensagem do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIP, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema Financeiro de Ações nos municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II.

Chamada a se pronunciar esta Comissão quanto ao aspecto econômico-financeiro da matéria, temos a considerar que, observada a capacidade de endividamento do Estado, não há oposição quanto à normal tramitação da presente matéria, sendo o Plenário soberano para apreciar o mérito da matéria.

Face ao exposto o parecer é favorável à normal tramitação da matéria

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) **ADEMIR BIER** - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 604/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Farmácia Básica para o funcionário público estadual. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169, de 19/11/2001).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 648/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 648/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jararaca - Nossa Senhora Aparecida - Acnossa, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 653/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 653/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Encruzo Três Estrelas - Acruz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 655/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 655/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre Nossa Senhora da Luz, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 656/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Comunitária de Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 656/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais Princesa Isabel de Vista Alegre, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que acrescenta artigo à Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá ao Clube Anos Dourados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quarto Centenário, com

sede no município de Quarto Centenário e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayma, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração - CRER, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 674/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que denomina de Colégio Estadual Desembargador Francisco da Cunha Pereira, o Colégio Estadual edificado no bairro Santa Terezinha, no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que denomina de Colégio Estadual Senhora Olindamir Merlin Claudino, o Colégio Estadual edificado no bairro Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 149/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada Itaguaçu, localizada no Rio Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/2002, de autoria do deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a matrícula de portadores de necessidades especiais em escolas

das Rede Pública e Privada do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que concede o título de Cidadão Honorário ao senhor Antônio de Jesus Rorato. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(a votação será secreta). Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - meses de março e abril de 2002, conforme Resolução nº 15, de 19.06.92. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões) junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte Região Metropolitana de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. **(Publ. no DA. n 038/2002, de 09.04.2002 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 194/2002 MENSAGEM Nº 011/2002

P A R E C E R :

Oriundo do Poder Executivo - Mensagem Governamental nº 011/2002, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento de parte do programa de integração do transporte - Região Metropolitana de Curitiba.

A Região Metropolitana de Curitiba foi instituída em 1973 e em 1978 foi aprovado seu primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado. De lá para cá, o crescimento observado foi vertiginoso - a população passou de 870.000 habitantes (em 1978) para 2,7 milhões em 2000. Para o ano de 2010, a população projetada é de 3,7 milhões de habitantes.

Toda essa população que transita diariamente entre a Capital e os diversos municípios da região metropolitana, demanda um sistema de transporte integrado e eficiente, capaz de atender às necessidades dos usuários.

A atual rede integrada metropolitana, implantada a partir de 1995, compõe-se de linhas tronco-alimentado-

ras, terminais de integração, ônibus ligeirinho e biarticulados, abrangendo 288 linhas urbanas na Capital e 104 linhas metropolitanas que, hoje, transportam mais de 2 milhões de passageiros/dia. A rede vem avançando, mas é necessário maior suporte de infra-estrutura urbana, devido ao já comentado crescimento da RMC e a projeção de aumento de 1 milhão de habitantes para os próximos 10 anos.

O novo Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC prevê a implantação de um Programa de Integração de Transporte da RMC - PIT. Este plano, com cronograma de implantação de 30 meses e previsão de início de obras no 2º semestre de 2002, contempla investimentos de 4 grandes linhas de ação;

- ligação intercidades: que promoverá a integração entre os municípios da RMC sem passar por Curitiba;

- consolidação de corredores, pavimentação de trechos para promover melhorias nos corredores radiais existentes;

- intervenções complementares: investimentos em miniterminais e implantação de abrigos de ônibus nos municípios da RMC;

- Frota: aquisição (linha intercidades) e bi-articulados (Corredor Leste-Oeste).

Chamada esta Comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que nada obsta sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 194/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, autoriza este poder firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BDNES, para financiamento de parte do programa de integração do transporte - Região Metropolitana de Curitiba.

Embora a referida mensagem do Executivo não informe sobre a capacidade de endividamento do Estado para realizar operação de crédito desta magnitude, há que se presumir tal capacidade, até porque é dever também da entidade financiadora averiguar a citada condição, especialmente com o advento da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Quanto ao mérito, a proposição é relevante e merece aprovação deste Parlamento, e portanto, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 194/2002 DE INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO MENSAGEM Nº 011/2002

P A R E C E R :

Em atendimento ao artigo 33, inciso 6º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações manifesta-se acerca do Projeto de Lei nº 194/2002, de iniciativa do Poder Executivo Estadual - Mensagem nº 011/2002.

O projeto em tela trata de autorização ao Poder Executivo Estadual para firmar operação de crédito interno até o valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para financiamento de parte do Programa de Integração do Transporte na Região Metropolitana de Curitiba, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 194/2002, inclusas as emendas apresentadas nesta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, devendo seguir sua tramitação normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(a) EDSON STRAPASSON - Presidente e Relator

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 194/2002

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo Estadual, o artigo 8º, com a seguinte redação:

“Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) EDSON SATRAPASSON

Apoiamento:

Algaci Tulio e Antonio Carlos Belinati.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 194/2002

Substitua-a a redação do artigo 7º, do Projeto de nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo Estadual, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 7º - Fica vedada a utilização de recursos oriundos de operações de créditos, através do financiamento do Programa de Integração do Transporte Coletivo, previsto nesta lei, para investimentos em aquisição de veículos de transporte coletivo”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) EDSON SATRAPASSON

Apoiamento:

Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 194/2002

Substitua-a a redação do artigo 6º, do Projeto de nº 194/2002, de autoria do Poder Executivo Estadual, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 6º - O financiamento do Programa de Integração do Transporte Coletivo, de que trata esta lei obrigatoriamente priorizará investimentos na implantação de vias estruturais e construção, ampliação e/ou reformas de terminais de transporte coletivo, nos municípios de maior adensamento populacional e menor capacidade de investimentos da Região Metropolitana de Curitiba”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) EDSON SATRAPASSON

Apoioamento:

Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1474, de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. - **Prejudicado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

O requerimento foi subscrito por quem?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Carlos Simões.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, conforme especifica. (Precatórios). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 256/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a redação do artigo 1º da Lei 13.213, de 29 de junho de 2001.

A Lei nº 13.213/2001, em seu artigo 1º, dispõe que o Poder Executivo “compensará seus débitos inscritos em Dívida Ativa até a data da sanção desta lei, com precatórios de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamento de até 30 de junho de 2001”.

O projeto de lei em análise pretende alterar somente o artigo 1º da lei acima mencionada. A possibilidade de pagamento com precatórios de natureza alimentícia será estendida a qualquer débito tributário, mesmo aqueles ainda em discussão em processo administrativo fiscal.

O requerimento de compensação depende de análise de admissibilidade da Procuradoria Geral do Estado, segundo dispõe o artigo 2º da Lei nº 13.231/2001.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 256/2002.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 256/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Antônio Carlos Belinati, manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão de Finanças, chamada à manifestação de mérito consonante com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte americanos), oriunda do Global Environment Fund - GEF, através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, instituição de crédito multilateral, com sede na cidade de Washington - DC, Estados Unidos da América, para apoiar a implantação do projeto de conservação e proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 193/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável (doação), no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americano), através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 193/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 10/2002 do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operação financeira não reembolsável (doação), no valor de US\$15.000.000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos), através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, para apoiar a implantação do Projeto de Conservação e Proteção da Biodiversidade no Estado do Paraná - Paraná Biodiversidade.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Plauto Miró Guimarães, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Este relator, chamado à manifestação de mérito exigida pelo parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, emite parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, embora seja matéria vencida, causa-me estranheza a retirada de uma mensagem do governador que, inclusive, já está no exterior para assinar o contrato de um projeto que libera R\$100 milhões de reais para obras da Região Metropolitana de Curitiba, é o 19º.

Integração do transporte coletivo na Região Metropolitana.

19º que foi retirado, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim, 19º.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, fui até o Estado para dar um parecer com urgência na CCJ e fiz um parecer com muita tranquilidade, até porque representando estávamos: eu, deputados Strapasson, Marcos Isfer, Ricardo Chab, o próprio Carlos Simões, Nelson Justus; enfim, todos os deputados que são de Curitiba e da Região Metropolitana e que temos interesse na rapidez, deputado Kielse, desse projeto, porque vai criar uma nova integração do transporte coletivo na região metropolitana.

Muito embora seja um direito do parlamentar, mas é uma mensagem do governador! Se fosse a Oposição

que retirasse, até seria compreensível, mas a Situação retirar, me deixa um tanto perdido nessa situação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. DURVAL AMARAL

Só para esclarecer, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Não se trata de nenhum empréstimo internacional; não se trata de um empréstimo que o governador vai assinar; é um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Ao que me consta, esse projeto que foi encaminhado para Comissão de Obras e Transporte, foi solicitado em regime de urgência, ele está em regime de urgência e, evidentemente, esse pedido, esse requerimento, pedindo a retirada de pauta nos estranha muito, infringindo o Regimento, porque na verdade esse projeto está aprovado, a pedido do deputado Durval Amaral, em regime de urgência.

Então, queria consultar à Mesa sobre essa questão da votação do requerimento já que o Projeto está em regime de urgência.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria, a título de esclarecimento para os parlamentares desta Sessão, dizer que esse projeto talvez tenha sido retirado porque há um erro dos técnicos que elaboraram-no.

É um erro grave, já estive na Comec, já estabeleci uma discussão com relação a esse projeto.

O fato é que esqueceram da cidade de Quatro Barras! Eles vão ligar um viaduto de Campina Grande do Sul e não sabem para que município! Então, esse é o motivo da retirada do projeto.

Espero que agora se corrija o erro e que se inclua Quatro Barras no projeto.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Gostaria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário ao projeto de lei do item nº 21 da pauta.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Strapasson fez um alerta ao Plenário de que o Projeto de Lei 194/2002 encontra-se em regime de urgência.

Se procede a afirmação do deputado Strapasson, porque a ele foi pedido urgência no parecer e se, realmente o projeto está em regime de urgência, nós sabemos que ele não pode ser retirado da Ordem do Dia!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não consta aqui, só para informar V. Exa., que encontra-se em pedido de Regime de Urgência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O deputado Strapasson que tinha dito que...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar à minha assessoria, aqui, na Mesa, que faça a verificação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Porque, se tem o erro que afirma o deputado Ricardo Chab, o erro poderia ser muito bem corrigido com Emendas durante a 2ª discussão.

O SR. RICARDO CHAB

Afim de esclarecimento, mais uma vez, senhor presidente.

(**Assentimento**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero confirmar a V. Exa. deputado Orlando Pessuti e ao deputado Strapasson, que realmente se encontra em Regime de Urgência. Foi aprovado no dia 07/05 o Regime de Urgência.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, então não pode ser retirado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O projeto não pode ser retirado e teríamos que deliberar sobre a constitucionalidade.

O SR. DURVAL AMARAL

O Plenário já decidiu pela retirada, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

O Plenário é soberano, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, V. Exa. vai provocar uma jurisprudência se tomar a decisão de colocar a critério do Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL

A retirada já foi votada, deputado Algaci Tulio!

O SR. ALGACI TULIO

Estamos questionando o assunto! É um direito!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Presidência pede alguns minutos para responder à questão de ordem.

O SR. ALGACI TULIO

A Mesa não tinha conhecimento do regime de urgência, foi alertada após o meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós reconhecemos que quando há regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

Está em votação o projeto - **Aprovado**. (Referente o Item nº 19 - Projeto nº 194/2002, que havia sido adiado por três Sessões.

O SR. ALGACI TULIO

A Região Metropolitana agradece.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As correções poderão ser feitas por ocasião da votação em 2ª Discussão.

O SR. RICARDO CHAB

É que havia um entendimento com o líder do Governo para que se fizesse a correção.

O SR. DURVAL AMARAL

Pode apresentar Emenda, deputado Chab.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1464, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1469, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1463, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1445, 1446 e 1452, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1442, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1447, 1448 e 1470, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1462, de autoria do deputado Ricardo Maia, com apoio do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1456 e 1457, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1449 e 1450, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1478, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1441, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1459 a 1461, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1466, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1467, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1475 e 1476, de autoria dos deputados Irineu Colombo e Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1477, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1438, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1393, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados.

Retomo onde paramos ontem.

Ontem, o deputado Durval Amaral, até não sendo muito próprio, que tem sido um deputado sempre cortês, inclusive, como líder, mas ontem, usando um pouco de sarcasmo, disse que eu tinha tempo, o deputado José Maria tinha tempo para ler o Diário Oficial.

Eu entendo, deputado Durval Amaral, que é obrigação de todo parlamentar conhecer os atos do governo, especialmente quem está na Oposição, porque não tem a facilidade de chegar até o governo e conhecer os seus atos ou os seus projetos; conhecemos pela publicidade. E o governo que dá publicidade, dá por inteiro, não pela metade. Os projetos, as concorrências do governo não trazem objetos e muitas delas não trazem o valor e não trazem a área onde está sendo aplicada.

Mesmo que eu leia os Diários Oficiais do nosso Estado, eu não consigo entender e não consigo compreender a extensão do que está a fazer o governo com o recurso público. E também senhor deputado, não traz, porque até hoje, por exemplo, o governo do Estado não publicou o protocolo com a Renault, não publicou o protocolo com a Detroit muito menos como é que foi aquela transação do terreno que um dia foi pago 18 reais, depois foi financiado por 3 milhões de reais, e dado em garantia uma semana depois, no Paraná Investimentos, por 10 milhões de reais. Esses dados, eu não tenho no Diário Oficial.

É por isso que esta Casa precisa ter o cuidado e atenção na aprovação dos requerimentos, porque são eles que irão fazer e irão permitir a transparência dos atos

administrativos. Por isso, tenho buscado ler o Diário Oficial e tenho buscado dele extrair informações. Mas, as informações quando eu não disponho no Diário Oficial, eu recorro ao Plenário desta Casa, que eu espero ver aprovado, para que possamos conhecer as ações de governo.

O governo que publica os editais o nome dos municípios e o empenho, não dá para que possamos entender e nem menos a terra do deputado Valdir Rossoni, que tem 3 bilhões de reais ou Antonina três bilhões e meio, ou Antonina que tem quinhentos e vinte milhões de reais, nem assim eu consigo entender o Diário Oficial e nem quando publicam os valores.

Por isso, é importante que nós conheçamos o valor do ICMS represado, a empresa e a data que esses recursos deverão entrar nos cofres do Estado do Paraná, para saber se essas informações que o governo está a ventilar são honestas e são verdadeiras, porque, caso contrário, se não houver, eu posso sair daqui tirando a ilação que eu quiser. E eu não gostaria de fazer isso por ser responsável por aquilo que faço.

Mas, quando não tenho acesso às informações, eu posso fazê-las passar à frente da forma que entender, porque me negaram que eu tivesse o acesso.

É por isso, deputado, que eu tenho lido o Diário Oficial e sugeriria que a bancada do governo também o fizesse, com humildade, sugiro, porque muitos não sabem o que está acontecendo e nem sabem o que está indo para as suas regiões, algumas regiões, efetivamente, têm sido extremamente aquinhoadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos senhores parlamentares que permaneçam em seus assentos, por gentileza.

Os que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira, queiram levantar-se.

Vinte senhores parlamentares aprovam o requerimento. Senhores deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Vinte e sete senhores parlamentares.

Vinte e sete a vinte e três.

Está **rejeitado** o requerimento.

Quero participar, antes de encerrarmos a Sessão de hoje, que dentro de dez minutos nós teremos uma Sessão Extraordinária.

Mas, também, quero informar aos senhores parlamentares que amanhã durante o horário do Pequeno Expediente, Grande Expediente e, se for necessário, até

mais, nós estaremos ouvindo o secretário Ingo Hübert, cumprindo um dispositivo legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, às 14h30.

Posteriormente nós teremos a Sessão normal e depois, às 17h00, nós teremos uma Sessão Especial em comemoração à data estadual da Etnia Italiana, por proposição do deputado Cleiton Kielse.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 443/99, 651/2001, 168, 187, 197, 219 e 222/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 256, 260 e 340/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 414/2001, 152, 244, 246, 263, 265 e 309/2002.

Convido ainda os senhores deputados para participarem da Sessão Especial em comemoração da data Estadual da Etnia Italiana, a realizar-se às dezessete horas, quarta-feira, dia 29.

Levanta-se a Sessão.